

TJ-MT

500 QUESTÕES GABARITADAS (PRATICANDO)
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MATO GROSSO

Técnico Judiciário



CÓD: SL-160ST-24
7908433264996

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico Matemático	17
3. Legislação Institucional	27
4. Noções de Direito Administrativo	29
5. Noções de Direito Constitucional	39
6. Noções de Direito Civil	51
7. Noções de Direito Processual Civil	63
8. Noções de Direito Penal	79
9. Noções de Direito Processual Penal	93

LÍNGUA PORTUGUESA

1. FGV - 2024

Assinale a opção em que os três vocábulos estão grafados de forma **correta**.

- (A) caixa / rebaixar / mecher.
- (B) chícara / chuchu / mexerico.
- (C) xarope / enchova / encharcar
- (D) engrachar / enxoval / caxumba.
- (E) puxar / lixeira / enxente.

2. FGV - 2022

Texto 2

“O alfabeto? É um pouco difícil saber exatamente o que o ‘o’ significa, porque existem vários assim chamados alfabetos que não começam por a e b. Ogham, o sistema do irlandês antigo, começava com BLF; a escrita medieval alemã, o rúnico, cujos caracteres se chamavam runas, começavam com seis letras que lhe deram o nome. O etíope começava com h-l. (.) Porém, apesar das modificações, persistia um ideal comum: captar os sons da fala por meio de um conjunto de duas ou três dúzias de sinais únicos, cada um dos quais correspondendo a um som falado. Na verdade, como veremos, trata-se de uma vã esperança.” A falta de correspondência perfeita entre os sons e as letras aparece em nossa língua numa série de pontos.

Assinale a opção em que isso não aparece comprovado nos exemplos.

- (A) a presença do H mudo em alguns vocábulos: honra, herói.
- (B) a possibilidade de duas letras representarem o mesmo som: asa, azar.
- (C) a existência de sons que podem ser representados de formas diferentes: roupa, carro.
- (D) a dupla grafia de uma mesma palavra: alevantar/levantar.
- (E) a presença de uma grafia única para diferentes pronúncias como nas de Brasil e Portugal; fazê (BR), fazeire (PT).

3. FGV - 2024

Assinale a frase em que a grafia do “porquê” está correta.

- (A) Você certamente sabe por que acreditar num deus.
- (B) Gostaria de saber porque as pessoas boas dormem melhor à noite do que as pessoas más.
- (C) Muita luz também é ruim por que não deixa ver.
- (D) Amaria saber por quê não acreditar em Deus.
- (E) Deus criou o homem porquê ficou desapontado com o macaco.

4. FGV - 2022

Assinale a frase em que ocorreu a troca indevida entre sob e sobre.

- (A) “Odeio as combinações hipócritas do absolutismo dissimulado sob as formas democráticas ou republicanas” (Rui Barbosa).
- (B) “A história, na verdade, é pouco mais que um registro de crimes sobre as loucuras e as desgraças da humanidade” (Gibbon).
- (C) “Escreve as ofensas na areia e os benefícios sob o mármore” (Benjamin Franklin).
- (D) “A metafísica está no ar. Não podemos deixá-la senão deixá-la ali, pois estamos sob ela” (Clemenceau).
- (E) “Não há uma ideia nascida de um espírito humano que não tenha feito correr sangue sobre a terra” (Charles Maurras).

5. FGV - 2023

Assinale a opção em que todos os vocábulos são paroxítonos, com acentos gráficos corretos.

- (A) avaro / aziago / Nóbél.
- (B) récem / tulipa / estalido.
- (C) pudico / réfem / têxtil.
- (D) erudito/ filantropo / rubrica.
- (E) decano / etiope / bavaro.

6. FGV - 2023

Algumas vezes ocorrem duas palavras idênticas na grafia, mas diferentes na acentuação tônica como, por exemplo, crédito e credito (do verbo creditar). As palavras sublinhadas nas frases abaixo são idênticas graficamente a outras palavras, mas com acentuação tônica diferente e diferente significado.

Assinale a frase cuja palavra sublinhada mostra outra acentuação, mas com o mesmo significado.

- (A) O hábito é o grande guia da vida humana.
- (B) Ninguém ousa dizer adeus aos próprios hábitos. Muitos suicidas se detiveram no limiar da morte ao pensar no café onde vão jogar todas as noites sua partida de dominó.
- (C) Toda palavra pronunciada suscita seu sentido contrário.
- (D) É magnífico ouvir o silêncio daquele homem.
- (E) Os hieróglifos já são compreendidos pelos estudiosos.

7. FGV - 2022

Notamos, como usuários da língua portuguesa, que alguns vocábulos podem ser usados com hífen ou sem hífen, com diferentes significados.

A opção abaixo em que o vocábulo destacado só pode ser escrito sem hífen, é:

- (A) Trabalhou na segunda-feira / Na segunda feira a que foi, comprou legumes e frutas;
- (B) Chegou ao meio-dia no trabalho / A nova tarefa ocupou meio dia de trabalho;
- (C) Havia um sem-número de camelôs na rua / Eles moravam numa casa sem número ao final da rua;
- (D) Não se deve ter olho-grande sobre os bens alheios / O gigante tinha um olho grande no meio da testa;
- (E) O trabalho estava bem-feito / Todos consideraram o texto bem feito.

8. FGV - 2022

Assinale a frase abaixo cuja palavra sublinhada só tem uma grafia possível.

- (A) “— Não me caíram as ilusões como folhas secas que um débil sopro desprega e leva, foram-me arrancadas no pleno vigor da vegetação” (Machado de Assis – Ressurreição).
- (B) “Abdômen: palavra machista significando barriga. Pra ambos os sexos, ora vejam. Deveria haver também abdmulher” (Millôr Fernandes).
- (C) “Alguns estudiosos consideram os hieroglifos a escrita organizada mais antiga do mundo, datada aproximadamente há mais de quatro mil anos antes de Cristo.” (Significados.com.br).
- (D) “Comecei uma dieta, cortei a bebida e comidas pesadas e, em catorze dias, perdi duas semanas.” (Joe E. Lewis).
- (E) “Erudição é a poeira sacudida de um livro para dentro de um crânio vazio” (Ambrose Bierce).

9. FGV - 2024

Em alguns adjetivos pátrios compostos, o primeiro adjetivo assume uma forma alatinada e diminuída.

Sobre os adjetivos relativos a um país a seguir, assinale a opção que mostra aquele cuja forma alatinada está indicada erradamente.

- (A) anglo = inglês.
- (B) nipo = japonês.
- (C) austro = australiano.
- (D) sino = chinês.

10. FGV - 2023

No prefácio de um de seus livros, o escritor modernista Mário de Andrade escreveu: “Mas todo este prefácio, com todo o disparate das teorias que contém, não vale coisíssima nenhuma”.

Sobre o curioso vocábulo “coisíssima”, é **correto** afirmar que:

- (A) o sufixo -íssima aparece ligado a um substantivo e não a um adjetivo, como de hábito;
- (B) a formação do vocábulo indica intensidade;
- (C) o vocábulo formado indica a noção de quantidade incontável;
- (D) o sufixo utilizado no vocábulo corresponde, por tratar-se de um substantivo, ao sufixo aumentativo -ão;
- (E) a palavra formada é comumente empregada na linguagem erudita pelo fato de o sufixo empregado ser culto.

11. FGV - 2022

Tecnologia é palavra que tem, em sua formação, o radical grego -logia (“estudo”); a opção abaixo que indica corretamente o campo de estudo do vocábulo formado com esse mesmo radical, é:

- (A) pneumologia / estudo dos pneus dos veículos;
- (B) radiologia / estudo das transmissões radiofônicas;
- (C) geologia / estudo geográfico das paisagens;
- (D) arqueologia / estudo de realidades antigas;
- (E) etnologia / estudo da origem das palavras.

12. FGV - 2022

Todas as opções abaixo mostram formas de diminutivos dos vocábulos entre parênteses, com o sufixo *-inho*.

Assinale a opção em que todas as formas estão corretamente grafadas.

- (A) paizinho (pai) / paisinho (país) / raizinha (raiz).
- (B) papelsinho (papel) / piresinho (pires) / reizinho (rei).
- (C) tunelzinho (túnel) / lapizinho (lápiz) / avozinho (avô).
- (D) adeusinho (adeus) / camizinha (camisa) / mãozinha (mão).
- (E) dorzinha (dor) / tecnicazinha (técnica) / xadresinho (xadrez).

13. FGV - 2022

Algumas palavras são empregadas fora de sua classe original; assinale a opção em que a palavra destacada teve sua classe original modificada, de adjetivo para substantivo.

- (A) As ideias geniais são aquelas que nos espantamos de não ter tido antes.
- (B) O que é necessário, jamais é ridículo.
- (C) Os fatos são sonoros. O que importa são os silêncios por trás deles.
- (D) O dinheiro que compra o pão dos pobres comprou antes o divertimento dos abastados.
- (E) O problema do intelecto é um ponto de interrogação.

14. FGV - 2022

Monólogo é uma pessoa falando sozinha. Diálogo são duas. As palavras *monólogo* e *diálogo* mostram em sua estrutura o radical grego com o valor de “palavra, língua, discurso”.

Assinale o vocábulo abaixo que mostra esse mesmo radical com valor semântico diferente.

- (A) prólogo.
- (B) filólogo.
- (C) epílogo.
- (D) logaritmo.
- (E) ginecologista.

15. FGV - 2024

Todas as frases abaixo, copiadas de livros de Machado de Assis, mostram formas de diminutivo sublinhadas.

A forma que mostra um valor do diminutivo diferente dos demais é:

- (A) A pobre Clarinha, que havia ideado um paraíso no casamento, viu desfazer-se em fumo a sua quimera;
 (B) – Como estás, meu velho? disse com um risinho de mofa;
 (C) E isto basta a explicar a vigília; era despeito, um despeito-zinho agudo como ponta de alfinete;
 (D) Tem andado alegre, como sempre; é uma tontinha. Aquilo, enquanto não pegar um peralta da vizinhança, que case com ela...;
 (E) Andam sempre aos segredinhos, sempre juntos. Bentiho quase não sai de lá.

16. FGV - 2023

Na linguagem popular aparecem várias formas de superlativo.

Assinale a opção em que não aparece uma dessas formas.

- (A) Esse sujeito é rico mesmo!
 (B) Ela, quando solteira, era pobre pra burro!
 (C) Ele era tão elegante quanto o grego Onassis.
 (D) Meu primo chegou elegante à festa.

17. FGV - 2024

Assinale a frase em que há **erro** na forma do subjuntivo.

- (A) É necessário que releiamos o capítulo do livro.
 (B) Torna-se urgente que você reveja a matéria.
 (C) É provável que o livro não caiba na estante.
 (D) É possível que vamos lá mais tarde.
 (E) Fica impossível que viajamos no final de semana.

18. FGV - 2023**Texto 2**

Por que a pontuação nos jogos de tênis segue a ordem 15, 30 e 40? (adaptado)

Uma dica: tem a ver com o jogo de paume, ancestral do tênis atual.

Por Maria Clara Rossini

A hipótese mais provável tem a ver com o jogo de palma (jogo de paume), modalidade francesa da qual o tênis é descendente. A principal diferença entre os dois é que, em vez da raquete, antigamente os jogadores usavam a mão mesmo para rebater a bola. Cada jogador ficava a 60 pés (18 metros) da rede.

Os pontos eram contados de um em um. A cada vez que um jogador marcava, ele deveria se aproximar 15 pés da rede. Depois, mais 15 pés (ficando a 30 pés do início da quadra). É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés – só que essa posição ficava muito próxima da rede, o que aniquilaria o desempenho do participante. O jogador, então, tinha de se aproximar só mais 10 pés, totalizando 40 de distância da sua posição inicial em vez de 45.

Acontece que também existem registros de jogos de tênis que seguiam a ordem “15, 30 e 45”. Um poema escrito no século 15, por exemplo, narra uma partida de tênis entre o rei Henrique 5º, da Inglaterra e um nobre francês – e utiliza o 45 na contagem. O mesmo ocorre em uma poesia escrita pelo duque Charles de Orleães, da mesma época.

Esse tipo de registro coloca uma dúvida na cabeça dos historiadores do esporte. Uma hipótese que justificaria o “45” é o uso de relógios como ferramenta de marcar a pontuação do jogo. Cada quarto de hora representaria um ponto, e quem conseguisse dar a volta primeiro ganhava. Apesar de fazer algum sentido, não há evidências do uso de relógios para esse fim. É provável que muitos passaram a usar o 45 simplesmente por ser uma progressão mais natural, com intervalos uniformes.

Mesmo assim foi o 15, 30, 40 que vingou. O jogo de paume agradece.

Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-a-pontuacaonos-jogos-de-tenis-segue-a-ordem-15-30-e-40>

“É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés [...]” (Texto 2, 2º parágrafo)

De acordo com o princípio da *correlação verbal*, dois verbos ligados por uma relação de subordinação devem estar em harmonia no que tange aos seus tempos e modos. Na passagem acima, porém, esse princípio é violado.

Considerando-se o contexto mais amplo em que a passagem se insere, a única alternativa em que essa violação é corrigida SEM gerar incoerência textual é:

- (A) É de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproxime mais 15 pés;
 (B) Seria de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximasse mais 15 pés;
 (C) Era de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproxime mais 15 pés;
 (D) Era de se esperar que no terceiro ponto o jogador se aproximará mais 15 pés;
 (E) É de se esperar que no terceiro ponto o jogador tivesse se aproximado mais 15 pés.

19. FGV - 2022

“Um homem tinha uma fazenda perto de um rio. Certo dia o rio começou a crescer e ele percebeu que sua fazenda ia ficar submersa.”

Nesse início narrativo, os dois primeiros verbos que marcam uma sequência cronológica de ações, são

- (A) tinha / começou a crescer.
 (B) começou a crescer / percebeu.
 (C) percebeu / ia ficar submersa.
 (D) tinha / ia ficar submersa.
 (E) começou a crescer / ia ficar submersa.

20. FGV - 2023**Texto 1**

Menos mortes e engarrafamentos: movimento quer reduzir a velocidade nas cidades brasileiras (adaptado)

Por Marcela Donini e Tiago Medina

Mais que uma mudança de cidade e país, a vida da fonolinguista Paula Dallegre Priori mudou de estilo a partir de 2021. Acompanhada do marido e da filha, então com menos de 3 anos, ela trocou Porto Alegre por Barcelona. O carro da família, tão necessário para deslocamentos na capital gaúcha, ficou do lado de cá do oceano. Se antes era um elemento presente no cotidiano, tornou-se anacrônico na nova cidade.

“A percepção do trânsito em relação a Porto Alegre é bem clara: aqui é muito melhor. Não percebemos o ambiente tóxico que é o trânsito aí”, compara ela, usuária frequente do metrô,

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

1. FGV - 2024

Em uma urna A há 6 bolas iguais numeradas de 1 a 6 e em uma urna B há 7 bolas, também iguais, numeradas de 7 a 13. Retira-se aleatoriamente uma bola de cada urna.

A probabilidade de a soma dos números das bolas sorteadas ser maior do que 16 é:

(A) $\frac{6}{13}$

(B) $\frac{5}{14}$

(C) $\frac{1}{6}$

(D) $\frac{1}{7}$

(E) $\frac{2}{21}$

2. FGV - 2024

Um dado comum tem forma cúbica com faces numeradas de 1 a 6. Se esse dado for lançado duas vezes consecutivas, a probabilidade de que a soma dos resultados obtidos seja maior do que 8 é igual a

- (A) $\frac{1}{3}$.
- (B) $\frac{4}{11}$.
- (C) $\frac{5}{12}$.
- (D) $\frac{5}{18}$.
- (E) $\frac{7}{18}$.

3. FGV - 2024

Em uma região, há 6 cidades: A, B, C, D, E e F. Da cidade A, só saem 3 estradas: uma para a cidade B, uma para a cidade C e outra para a cidade E. Da cidade B, partem apenas 2 estradas: uma para a cidade D e outra para a cidade E. Da cidade C, também só partem duas estradas: uma para a cidade E e outra para a cidade F. As cidades D, E e F não estão conectadas por outras estradas além das já citadas anteriormente.

Um morador na cidade A decide fazer um passeio de bicicleta para alguma outra cidade. Ele decide que, toda as vezes em que tiver que deixar uma cidade, escolherá de forma aleatória uma das estradas disponíveis, considerando-as equiprováveis na hora do sorteio. Esse morador também decide que não voltará para uma cidade em que já esteve.

A probabilidade de que o passeio termine na cidade E é

- (A) $\frac{1}{6}$.
- (B) $\frac{1}{4}$.

(C) $\frac{3}{4}$.

(D) $\frac{1}{3}$.

(E) $\frac{2}{3}$.

4. FGV - 2024

Em uma urna há 12 bolas. Algumas são brancas e as demais, pretas. Se uma bola for retirada aleatoriamente dessa urna, a probabilidade de que seja branca é igual a $\frac{1}{3}$.

Uma forma de fazer com que essa probabilidade aumente para $\frac{1}{2}$ é

- (A) retirar da urna uma bola preta.
- (B) retirar da urna duas bolas pretas.
- (C) colocar mais 2 bolas brancas na urna.
- (D) colocar mais 3 bolas brancas na urna.
- (E) colocar mais 4 bolas brancas na urna.

5. FGV - 2023

Em uma caixa há 5 cartas e cada uma delas contém um dos números: 1, 3, 4, 5, 8. Não aparece o mesmo número em duas cartas.

Dois cartas são retiradas da caixa ao acaso.

A probabilidade de que o produto dos números dessas cartas seja um número par é de

- (A) 30%.
- (B) 40%.
- (C) 50%.
- (D) 60%.
- (E) 70%.

6. FGV - 2023

Um dado cúbico honesto, com as faces numeradas de 1 a 6, é lançado duas vezes consecutivas. Sabe-se que no primeiro lançamento saiu um número maior do que 4.

A probabilidade de que a soma dos dois números sorteados seja maior do que 8 é:

(A) $\frac{6}{13}$

(B) $\frac{2}{3}$

(C) $\frac{5}{8}$

(D) $\frac{7}{12}$

(E) $\frac{9}{16}$

7. FGV - 2023

Um dado cúbico foi fabricado de tal forma que uma de suas faces tem o número 1, duas de suas faces têm o número 2 e as demais faces, o número 3. Sempre que esse dado é lançado, todas as faces têm a mesma probabilidade de ocorrer.

Caso esse dado seja lançado duas vezes, a probabilidade de que a soma dos dois resultados obtidos seja ímpar é igual a

- (A) 4/9.
- (B) 8/15.
- (C) 2/9.
- (D) 4/15.
- (E) 1/2.

8. FGV - 2023

Considere um dado cúbico com as faces numeradas de 1 a 6 tal que, quando lançado, todas as faces têm a mesma probabilidade de ocorrer. Quando esse dado é lançado 3 vezes consecutivas, a probabilidade de que a soma dos números sorteados seja igual a 7 é $\frac{N}{216}$.

O valor de N é:

- (A) 14;
- (B) 15;
- (C) 20;
- (D) 21;
- (E) 23.

9. FGV - 2023

Considere dois dados tais que um deles só tem faces pares (duas faces com cada um dos números 2, 4, 6) e, o outro, só tem faces ímpares (duas faces com cada um dos números 1, 3, 5). Nos dois dados, cada face tem a mesma probabilidade de ocorrer quando o dado é lançado.

Os dois dados são lançados simultaneamente.

A probabilidade de que a soma dos dois números sorteados seja igual a 9 é de

- (A) $\frac{1}{3}$
- (B) $\frac{2}{5}$
- (C) $\frac{2}{7}$
- (D) $\frac{2}{9}$

10. FGV - 2022

Em uma fila com 12 cadeiras, três delas foram ocupadas aleatoriamente. A cadeira em que Valter deverá se sentar será sorteada entre as cadeiras que estão vazias.

A probabilidade de que Valter não se sente ao lado de nenhuma pessoa já sentada é, no mínimo:

- (A) 1/2.
- (B) 1/3.

- (C) 2/3.
- (D) 1/4.
- (E) 1/6.

11. FGV - 2022

Em uma urna há 6 bolas numeradas de 1 a 6.

Retiram-se da urna, aleatoriamente, 2 bolas em sequência e sem reposição. A probabilidade de o maior número nas bolas retiradas ser igual a 4 é

- (A) $\frac{1}{2}$
- (B) $\frac{2}{3}$
- (C) $\frac{1}{5}$
- (D) $\frac{2}{5}$
- (E) $\frac{3}{5}$

12. FGV - 2019

Entre as pessoas A, B, C, D, E, duas delas serão escolhidas por sorteio para integrarem o conselho diretor de uma empresa. O diretor da empresa conhece essas cinco pessoas e disse:

“Gostaria que A ou B fossem sorteados, mas não gostaria que D fosse sorteado”. A probabilidade de que o desejo do diretor da empresa se realize é de:

- (A) 30%;
- (B) 40%;
- (C) 50%;
- (D) 60%;
- (E) 70%.

13. FGV - 2019

Uma pesquisa feita com os alunos de uma sala mostrou que 7 alunos torcem pelo Flamengo, 6 pelo Vasco, 5 pelo Fluminense, 4 pelo Botafogo e 3 não torcem por time nenhum.

Escolhendo ao acaso um dos alunos dessa turma, a probabilidade de que ele seja torcedor do Vasco é de

- (A) 12%.
- (B) 18%.
- (C) 20%.
- (D) 24%.
- (E) 30%.

14. FGV - 2023

Em uma urna há 8 bolas verdes e 6 bolas amarelas, todas igualmente prováveis de serem sorteadas aleatoriamente. Três bolas são sorteadas aleatoriamente, em sequência e sem reposição.

A probabilidade de que as duas primeiras bolas sorteadas sejam verdes e que a terceira seja amarela é igual a

(A) $\frac{3}{14}$

(B) $\frac{2}{13}$

(C) $\frac{1}{12}$

(D) $\frac{2}{5}$

(E) $\frac{3}{4}$

15. FGV - 2022

ALESSANDRA escreveu em 10 cartões diferentes cada uma das 10 letras do seu nome e colocou esses cartões em uma urna.

A seguir, ela retirou, aleatoriamente e em sequência, 3 cartões da urna.

A probabilidade de que ALESSANDRA tenha retirado os 3 cartões com a letra "A" é:

(A) $\frac{1}{120}$

(B) $\frac{7}{120}$

(C) $\frac{1}{40}$

(D) $\frac{3}{10}$

(E) $\frac{3}{7}$

16. FGV - 2022

Márcia tem uma ficha amarela, uma ficha verde e duas vermelhas. Joana tem duas fichas amarelas e uma ficha verde.

Cada uma delas escolhe aleatoriamente uma de suas fichas e mostra para a outra.

A probabilidade de que as fichas mostradas tenham a mesma cor é:

(A) $\frac{1}{12}$

(B) $\frac{1}{7}$

(C) $\frac{1}{6}$

(D) $\frac{1}{4}$

(E) $\frac{1}{3}$

17. FGV - 2024

Quando uma moeda é lançada, apenas dois resultados são possíveis: cara ou coroa. Por defeito de fabricação, uma moeda apresenta, quando lançada, chances desiguais de obtenção desses resultados, sendo de $\frac{4}{7}$ a probabilidade de obtenção de cara.

Lançando-se essa moeda duas vezes, a probabilidade de que se obtenha coroa duas vezes é

(A) $\frac{6}{7}$.

(B) $\frac{6}{14}$.

(C) $\frac{8}{14}$.

(D) $\frac{9}{49}$.

(E) $\frac{16}{49}$.

18. FGV - 2024

Uma moeda honesta é lançada 3 vezes. Em cada lançamento, os únicos resultados possíveis são "cara" e "coroa".

A probabilidade de que não sejam obtidos 3 resultados idênticos é

(A) 70%.

(B) 72%.

(C) 75%.

(D) 78%.

(E) 80%.

19. FGV - 2022

Solange e Marcelo fazem parte de um grupo de 10 pessoas.

Sorteiam-se duas pessoas desse grupo, em sequência e sem reposição. A probabilidade de Solange ser sorteada e Marcelo não ser sorteado é de

(A) $\frac{8}{45}$

(B) $\frac{1}{10}$

(C) $\frac{1}{5}$

(D) $\frac{4}{25}$

(E) $\frac{3}{40}$

LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

1. UFMT - 2016

Conforme o Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), aos Juizes de Direito, no exercício da Direção do Foro, compete, privativamente, entre outras atribuições:

- (A) conceder aposentadoria aos Servidores da Justiça que completarem o período aquisitivo nos termos da legislação brasileira.
- (B) conceder férias aos Servidores da Justiça, justificar-lhes as faltas, decidir quanto aos pedidos de licença, até 30 dias por ano, e informar os de maior período.
- (C) conceder remoção aos Servidores da Justiça, a bem do serviço público e do interesse da organização judiciária do Estado.
- (D) demitir a bem do serviço público os Servidores da Justiça que incorrerem em infrações gravíssimas, previstas pelo Regimento Interno do Tribunal de Justiça

2. UFMT - 2016

De acordo com o Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), entre outras, é atribuição dos contadores:

- (A) Organizar os cálculos de liquidação das taxas de herança e legados nos inventários e arrolamentos e na extinção de usufruto ou fideicomisso.
- (B) Realizar os cálculos de liquidação de sentença a pedido das partes.
- (C) Organizar os cálculos para expedição de alvará às partes.
- (D) Gerir a conta única dos depósitos judiciais.

3. UFMT - 2016

Os servidores do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso tomarão posse, segundo o COJE – Código de Organização Judiciária do Estado de Mato Grosso (Lei n.º 4.964/1985; Lei complementar n.º 281/2007), perante o:

- (A) Presidente do Tribunal.
- (B) Corregedor Geral.
- (C) Juiz de Direito.
- (D) Diretor do fórum da capital.

4. UFMT - 2016

De acordo com o COJE – Código de Organização Judiciária do Estado de Mato Grosso (Lei n.º 4.964/1985; Lei complementar n.º 281/2007), **NÃO** são órgãos do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso:

- (A) Tribunal de Justiça e Tribunal do Júri.
- (B) Conselho de Justiça Militar Estadual e Escola Superior da Magistratura do Estado de Mato Grosso.
- (C) Conselho da Magistratura e Justiça de Paz.
- (D) Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso e Defensoria Pública do Estado de Mato Grosso.

5. UFMT - 2016

O Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso, conforme estabelece o COJE – Código de Organização Judiciária do Estado de Mato Grosso (Lei n.º 4.964/1985; Lei complementar n.º 281/2007), é constituído por

- (A) vinte desembargadores.
- (B) vinte e cinco desembargadores.
- (C) trinta desembargadores.
- (D) quinze desembargadores.

6. UFMT - 2012

Sobre o Tribunal de Justiça, de acordo com o Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), assinale **V** para as afirmativas **verdadeiras** e **F** para as **falsas**.

() Compõe-se de Desembargadores que são promovidos ou nomeados pelo Governador do Estado, funcionando como a instância mais elevada da Justiça estadual.

() Funcionará ordinariamente e extraordinariamente em Câmaras Isoladas ou Turmas Reunidas ou em Tribunal Pleno.

() Está composto de membros designados como Juizes de Segunda Instância, que possuem jurisdição em todo território estadual.

() É tratado como Egrégio, os Magistrados como Excelência e os membros titulados como Desembargadores.

Marque a sequência correta.

- (A) V, V, F, V
- (B) V, F, V, V
- (C) F, F, F, V
- (D) V, V, F, F

7. UFMT - 2012

Nos termos do Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), as vagas de membros do Tribunal de Justiça são preenchidas por _____, mediante promoção, por antiguidade, apurada na última entrada, e por merecimento, alternadamente ressalvado o _____ dos lugares que deve ser preenchido por membro _____ e por _____. Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas do texto.

- (A) Desembargadores; quinto; da Ordem dos Advogados; Procurador de Justiça.
- (B) Juizes de Direito; terço; do Ministério Público; bacharel em Direito.
- (C) Juizes de Direito; quinto; do Ministério Público; advogado.
- (D) Bacharel em Direito; quinto; da Magistratura; membro do Ministério Público.

8. UFMT - 2012

O Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE) fixa situações em que Servidor da Justiça não poderá funcionar. Sobre essas situações considere:

I - No mesmo feito com cônjuge.

II - No mesmo ato judicial com parente seu colateral e até o terceiro grau.

III - Na mesma comarca onde existir dependência hierárquica relativa às funções dos cargos respectivos.

IV - No mesmo ato judicial se parente consanguíneo de terceiro grau de membro do Ministério Público.

São situações em que nenhum servidor da justiça poderá funcionar:

(A) I, II, III e IV.

(B) I, II e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, III e IV, apenas.

9. UFMT - 2012

As lacunas das assertivas abaixo devem ser preenchidas de acordo com as disposições do Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE).

- Os Cartórios de Notas e de Registro Civil das Pessoas naturais são ofícios do tipo _____.
- Os Ofícios de Justiça privativos de Varas Judiciais e de Juizados Especiais são ofícios do tipo _____.
- As funções de Correições poderão ser do tipo _____.
- Por decisão do Juiz de Direito, o Tribunal do Júri fará reuniões do tipo _____.

Assinale a alternativa que preenche correta e respectivamente as lacunas das assertivas.

(A) extraordinário; auxiliar; permanente; oral

(B) extrajudicial; permanente; extraordinário; judicial

(C) extrajudicial; judicial; permanente; extraordinário

(D) permanente; judicial; extrajudicial; extraordinário

10. UFMT - 2012

Segundo o Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), o território do Estado, para os fins da administração da Justiça, divide-se em:

(A) Distritos, Comarcas, Municípios e Comarcas Integradas.

(B) Municípios, Prefeituras Municipais, Comarcas e Juizados.

(C) Comarcas, Prefeituras, Fóruns e Circunscrições.

(D) Comarcas integradas, Circunscrições, Comarcas e Municípios.

11. UFMT - 2012

Segundo o Código de Organização Judiciária de Mato Grosso (COJE), são órgãos do Poder Judiciário:

(A) Tribunal de Justiça, Procuradoria Geral de Justiça, Juízes de Direito, Tribunal do Júri e Conselho da Magistratura.

(B) Procuradoria Geral de Justiça, Juízes de Direito, Tribunal do Júri, Conselho da Magistratura e Conselho de Justiça Militar Estadual.

(C) Tribunal de Justiça, Justiça de Paz, Juízes de Direito, Tribunal do Júri e Conselho da Magistratura.

(D) Juízes de Direito, Tribunal do Júri, Conselho da Magistratura, Conselho de Justiça Militar Estadual e Desembargadores.

12. VUNESP - 2008

É correto afirmar que

(A) a sede da Comarca é distinta do Município.

(B) a Comarca constituir-se-á de um ou mais Municípios.

(C) o Distrito engloba várias Comarcas.

(D) as Comarcas são classificadas em duas entrâncias.

(E) os meios de transportes não influenciam na classificação das Comarcas.

13. VUNESP - 2008

São órgãos do Poder Judiciário do Estado:

(A) o Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral de Justiça.

(B) a Corregedoria Geral de Justiça e a Defensoria Pública.

(C) o Tribunal do Juri e a Justiça de Paz.

(D) o Tribunal do Juri e os Servidores da Justiça.

(E) os Juizados Especiais e os Servidores da Justiça

14. VUNESP - 2008

O fato de o servidor público receber, de quem quer que seja, qualquer vantagem, em dinheiro ou não, além da que fizer jus, constitui motivo para

(A) advertência.

(B) aplicação de multa.

(C) perda do cargo.

(D) afastamento temporário.

(E) demissão.

GABARITO

1	B
2	A
3	A
4	D
5	C
6	A
7	C
8	A
9	C
10	A
11	C
12	B
13	C
14	E

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

1. FGV - 2023

Guilherme, agente público, compareceu à sede da Administração Pública, postulando a emissão de uma certidão versando sobre a sua situação funcional, sendo imediatamente atendido.

Nesse cenário, a certidão é uma espécie de ato administrativo:

- (A) enunciativo;
- (B) ordinatório;
- (C) de controle;
- (D) negocial;
- (E) punitivo.

2. FGV - 2023

Sociedade Sagaz solicitou determinado ato administrativo, cujo deferimento depende da margem de escolha conferida pelo ordenamento ao agente competente, ou seja, da conveniência e oportunidade na ponderação dos motivos e na escolha do objeto, mediante motivação por ele realizada.

O caso relatado trata de ato administrativo

- (A) vinculado.
- (B) discricionário.
- (C) consensual.
- (D) delegatário.

3. FGV - 2021

O presidente da Câmara Municipal designou Maria, servidora pública estável ocupante do cargo efetivo de assistente administrativo, para exercer a função de confiança de chefe de gabinete da presidência, a fim de assessorá-lo.

De acordo com a classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do administrador público, o mencionado ato de designação de Maria é um ato administrativo:

- (A) vinculado, pois todos os seus elementos já estão previamente definidos em lei;
- (B) composto, pois a sua concretização ocorre apenas com a publicação no diário oficial;
- (C) declaratório, pois indica que a servidora terá novas atribuições no exercício da função pública;
- (D) discricionário, pois o gestor público possui liberdade nos termos da lei para escolha do servidor que será designado;
- (E) normativo, pois decorre de uma faculdade prevista em lei e vincula a todos os administrados.

4. FGV - 2021

Ato administrativo é todo aquele que tem por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar ou extinguir direitos, ou impor obrigações aos administrados.

Em relação às espécies de Atos Administrativos, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

() Admissão é o ato bilateral pelo qual a administração é obrigada a aceitar a inclusão de alguém em estabelecimento governamental para exercício de um serviço público.

() Licença é o ato vinculado, unilateral, pelo qual a administração faculta a alguém o exercício de uma atividade, uma vez demonstrado pelo interessado o preenchimento dos requisitos legais exigidos.

() Homologação é o ato vinculado pelo qual a administração concorda com o ato jurídico já praticado, uma vez verificada sua adequação aos requisitos legais condicionadores.

As afirmativas são, respectivamente, na ordem apresentada,

- (A) V – F – F.
- (B) F – V – V.
- (C) F – F – V.
- (D) V – V – F.
- (E) V – V – V.

5. FGV - 2024

No que se refere aos elementos da estrutura da Administração Pública, é correto afirmar que a Câmara Legislativa Municipal de Fortaleza é um exemplo de

- (A) órgão público.
- (B) agência executiva.
- (C) sociedade de economia mista.
- (D) organização social.
- (E) entidade administrativa.

6. FGV - 2024

Ao estudar a classificação dos órgãos públicos para o concurso público para o cargo de técnico da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins, Ana Clara verificou que, no tocante à classificação que leva em consideração a posição que o órgão ocupa na escala governamental ou administrativa, a mencionada Casa Legislativa é um exemplo de

- (A) órgão autônomo.
- (B) órgão subalterno.
- (C) órgão independente.
- (D) órgão superior.
- (E) órgão com personalidade jurídica.

7. FGV - 2022

A existência de um conjunto de competências criadas pelo Estado para representar sua vontade, ainda que sem personalidade jurídica ou capacidade processual, está associada ao conceito de

- (A) entidades administrativas.
- (B) territórios federais.
- (C) agências executivas.
- (D) poderes de Estado.
- (E) órgãos públicos.

8. FGV - 2022

Em relação à organização administrativa, é **correto** afirmar que os Tribunais de Contas estaduais são

- (A) dotados de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Direta estadual.
- (B) desprovidos de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Direta estadual.
- (C) dotados de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Indireta estadual.
- (D) desprovidos de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Indireta estadual.
- (E) dotados de personalidade jurídica própria como entidades autárquicas e componentes da Administração Indireta estadual.

9. FGV - 2024

A administração indireta compreende entidades e empresas criadas pelo Estado para exercer atividades específicas em seu nome, visando alcançar objetivos de interesse público.

Assinale, dentre as alternativas abaixo, a que compreende as características de sociedade de economia mista.

- (A) realiza atividades econômicas, algumas privadas e outras sob responsabilidade do Estado como serviços públicos.
- (B) fornece serviços públicos comerciais e industriais do Estado.
- (C) provê serviços entre dois ou mais entes federativos para atender ao interesse coletivo e proporcionar benefícios públicos.
- (D) executa atividades típicas do Estado.
- (E) presta serviços e desenvolve ações conjuntas que visem o interesse coletivo e benefícios públicos.

10. FGV - 2024

Compõem a administração indireta, no direito positivo brasileiro, as autarquias, as fundações instituídas pelo Poder Público, as sociedades de economia mista, as empresas públicas, as subsidiárias dessas empresas e os consórcios públicos.

Relacione as entidades da administração indireta abaixo com suas respectivas características.

- 1- Autarquia
- 2- Fundação
- 3- Empresa pública
- 4- Consórcio Público

() pessoa jurídica de direito público ou privado criada por dois ou mais entes federativos para a gestão associada de serviços públicos.

() pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos limites da lei.

() entidade que o Estado tem o controle acionário, diretamente ou por meio de outra entidade da administração indireta.

() entidade que detém patrimônio destinado à realização de certos fins que ultrapassam o âmbito da própria entidade, indo beneficiar terceiros estranhos a ela.

Assinale a opção que indica a relação **correta** na ordem apresentada.

- (A) 1 – 3 – 2 – 4.
- (B) 1 – 4 – 2 – 3.
- (C) 4 – 1 – 3 – 2.

(D) 4 – 2 – 3 – 1.

(E) 4 – 3 – 2 – 1.

11. FGV - 2024

A Administração Direta é composta por órgãos e entidades que fazem parte da estrutura do Estado e operam diretamente sob a autoridade do poder público. Em contrapartida, a Administração Indireta inclui entidades com personalidade jurídica própria, mas vinculadas ao Estado. Enquanto a Administração Direta executa diretamente políticas públicas, a Indireta opera de forma mais especializada, muitas vezes em atividades empresariais.

Assinale a opção que indica a entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criado por lei para a exploração de atividade econômica.

- (A) Autarquia.
- (B) Empresa pública.
- (C) Fundação pública.
- (D) Organização social.
- (E) Sociedade de economia mista.

12. FGV - 2023

O Prefeito do Município Alfa solicitou que sua assessoria esclarecesse como poderia ser criada uma empresa pública municipal.

A assessoria respondeu, **corretamente**, que

- (A) a ordem constitucional proíbe que os municípios criem entes dessa natureza.
- (B) deve ser criada por ato do Poder Executivo, independentemente de lei.
- (C) a lei deve autorizar a sua instituição.
- (D) deve ser criada por decisão judicial.
- (E) deve ser instituída por lei.

13. FGV - 2021

Em relação às características das organizações administrativas do setor público, analise os itens a seguir.

- I. Capacidade legislativa.
- II. Autonomia política.
- III. Personalidade jurídica.

Está **correto** o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.
- (E) II e III, apenas.

14. FGV - 2023

Com objetivo de conduzir ações voltadas para o planejamento e o desenvolvimento urbano e ambiental do Município, a então Secretaria de Meio Ambiente e Urbanismo do Município Alfa foi reestruturada e desmembrada em duas Secretarias: uma de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade; e outra de Urbanismo e Mobilidade.

O fenômeno administrativo narrado representa um processo conhecido por

- (A) desconcentração.
- (B) descentralização.
- (C) privatização.

- (D) participação popular.
- (E) concessão.

15. FGV - 2023

Antônio, estudante de direito, questionou o seu professor de direito administrativo a respeito do enquadramento, no âmbito da Administração Pública do Estado Alfa, de três estruturas: (1) a Secretaria de Estado de Educação; (2) a autarquia Beta; e (3) a Divisão de desempenho da Secretaria de Estado de Educação, subordinada à Diretoria de Ensino, e esta ao secretário de Estado.

O professor de Antônio respondeu, **corretamente**, que a estrutura 1 é exemplo de:

- (A) desconcentração administrativa, o mesmo ocorrendo com a 2 e a 3;
- (B) administração indireta, enquanto a 2 e a 3 são exemplos de administração descentralizada;
- (C) administração direta; a 2, de administração descentralizada; e a 3, de desconcentração administrativa;
- (D) descentralização administrativa, o mesmo ocorrendo com a 3, enquanto a 2 é exemplo de administração direta;
- (E) administração centralizada, o mesmo ocorrendo com a 2, enquanto a 3 é exemplo de administração descentralizada.

16. FGV - 2023

Com o intuito de priorizar algumas atividades a serem realizadas pela Administração Pública, suponha que em determinado estado brasileiro seja decidido transferir o serviço público de gás canalizado para a empresa privada Gasosa S.A., por meio de concessão.

Nesse sentido, é correto afirmar que deve ser realizada uma (A) descentralização, por meio de transferência da execução do serviço público para a iniciativa privada, mas mantendo a titularidade com a Administração Pública.

- (B) desconcentração, por meio de publicização da competência administrativa, transferindo a titularidade para a iniciativa privada.
- (C) concentração, por meio de privatização da atividade meio de distribuição de gás canalizado, mantendo apenas o domínio da extração.
- (D) centralização, por meio de transferência da titularidade do serviço público para a Gasosa S.A., garantindo os lucros para o aumento do aparelho estatal.

17. FGV - 2022

O prefeito do Município Beta solicitou que sua assessoria realizasse estudos visando à futura criação de (1) um órgão na estrutura da Secretaria Municipal de Educação; e (2) uma autarquia destinada à prestação de determinado serviço público.

Nesse caso, é **correto** afirmar que:

- (A) o item 1 configura exemplo de descentralização administrativa, integrando a administração indireta, e o item 2, de desconcentração administrativa, integrando a administração direta;
- (B) o item 1 configura exemplo de desconcentração administrativa, integrando a administração indireta, e o item 2, de descentralização administrativa, integrando a administração direta;

(C) o item 1 configura exemplo de descentralização administrativa, integrando a administração direta, e o item 2, de desconcentração administrativa, integrando a administração indireta;

(D) o item 1 configura exemplo de desconcentração administrativa, integrando a administração direta, e o item 2, de descentralização administrativa, integrando a administração indireta;

(E) os itens 1 e 2 configuram exemplos de descentralização administrativa, integrando a administração indireta, com a única distinção de que o ente referido em 2 tem personalidade jurídica.

18. FGV - 2021

A descentralização administrativa pode ocorrer:

- (A) somente por outorga;
- (B) somente por delegação;
- (C) por outorga ou por delegação;
- (D) por privatização;
- (E) por regulação.

19. FGV - 2022

Suponha que determinado município sofra com problemas no fornecimento de água, seja por problemas de qualidade ou por interrupções recorrentes, e avalie como necessária a existência de uma entidade reguladora para fiscalizar esse serviço público no âmbito municipal.

Com base no exposto, assinale a opção que apresenta corretamente as informações sobre essa intenção do município.

- (A) É possível que o Poder Executivo qualifique agência executiva municipal como agência reguladora.
- (B) Apenas com decreto da União poderá ser autorizada a criação de Agência Reguladora Federal para essa função.
- (C) Não é viável a criação de agência reguladora além das previstas na Constituição Federal de 1988.
- (D) A criação ou manutenção da existência de qualquer agência reguladora é vedado, pois violaria o princípio supremacia do interesse público.
- (E) O próprio município pode criar agência reguladora por meio de lei específica.

20. FGV - 2021

As agências reguladoras são importantes inovações do Estado brasileiro, idealizadas, no contexto da reforma gerencial de 1995, com o intuito de regular atividades de determinados setores da economia.

Acerca das **agências reguladoras**, é **correto** afirmar que elas foram criadas por meio do processo conhecido por

- (A) desconcentração.
- (B) concentração.
- (C) descentralização.
- (D) centralização.
- (E) privatização.

NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

1. FGV - 2024

João, Deputado Federal, observou que o menor desenvolvimento de certas regiões do país contribuía para o aumento da pobreza nesses locais, daí decorrendo grandes diferenças em relação à qualidade de vida dos habitantes de outras regiões. Por tal razão, almeja apresentar uma proposição legislativa com o objetivo de alterar esse quadro.

Ao consultar sua assessoria a respeito da compatibilidade desse objetivo com os princípios fundamentais da Constituição da República, foi **corretamente** informado a João que

- (A) as desigualdades sociais devem ser afastadas a partir do fortalecimento unitário e uniforme da federação, o que impede que João realize os seus objetivos.
- (B) as opções políticas das majorias ocasionais não são limitadas pela ordem constitucional, o que ampara o objetivo almejado por João.
- (C) as iniciativas legislativas devem ser direcionadas ao desenvolvimento nacional, o que afasta a possibilidade alvitada por João.
- (D) o objetivo fundamental de reduzir as desigualdades regionais ampara o objetivo almejado por João.
- (E) o paradigma de igualdade entre pessoas e instituições obsta o fim alvitado por João.

2. FGV - 2024

De acordo com o artigo 1º da Constituição Federal, a República Federativa do Brasil constitui-se em Estado Democrático de Direito, consiste em um de seus fundamentos

- (A) a soberania popular com a democracia direta.
- (B) a liberdade de expressão irrestrita.
- (C) a dignidade da pessoa humana.
- (D) o incentivo a livre concorrência sem qualquer intervenção do Estado.
- (E) a polarização político-partidária.

3. FGV - 2024

Luiz, jornalista, preparou uma reportagem sobre a importância da Constituição Federal para a sociedade brasileira de uma forma geral, dando especial atenção, no seu texto, a um determinado fundamento da República Federativa do Brasil.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que a República Federativa do Brasil tem como fundamento

- (A) o repúdio ao terrorismo e ao racismo.
- (B) a prevalência dos direitos humanos.
- (C) a solução pacífica dos conflitos.
- (D) a igualdade entre os Estados.
- (E) a soberania.

4. FGV - 2024

O artigo 3º da Constituição Federal dispõe sobre os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Nesse contexto, analise os itens a seguir:

I. Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

II. Erradicar a pobreza e a marginalização.

III. Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

IV. Garantir o desenvolvimento do Estado liberal.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, II e IV, apenas.
- (B) I, II e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.
- (D) I, III e IV, apenas.
- (E) I, II, III e IV.

5. FGV - 2024

João, policial penal no Estado da Bahia, participou de um curso de aperfeiçoamento versando sobre Direito Constitucional. Em uma das aulas, Matheus, especialista na matéria, tratou de um determinado princípio que rege a República Federativa do Brasil nas suas relações internacionais. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que Matheus, em sua abordagem, tratou do princípio

- (A) da construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- (B) do valor social do trabalho e da livre iniciativa.
- (C) da solução pacífica dos conflitos.
- (D) do pluralismo político.
- (E) da cidadania.

6. FGV - 2023

Sobre os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil, as seguintes afirmativas estão previstas na Constituição da República de 1988, **à exceção de uma**. Assinale-a.

- (A) A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político.
- (B) A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.
- (C) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo, o Judiciário e o Ministério Público.

(D) Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos previstos na Constituição da República.

(E) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais está previsto como um dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil.

7. FGV - 2021

São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

(A) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

(B) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.

(C) o Legal, o Executivo e o Judiciário.

(D) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.

(E) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

8. FGV - 2021

De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listadas, *à exceção de um*. Assinale-o.

(A) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.

(B) Garantir o desenvolvimento nacional.

(C) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

(D) Expandir o território por meio de tratados e alianças.

(E) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

9. FGV - 2024

Joana realizou alentada análise das características essenciais dos direitos sociais de estatura constitucional. Ao fim de suas reflexões, identificou três características afetas a esses direitos: (1) somente podem ser fruídos pela sociedade, não por um de seus membros em particular; (2) normalmente apresentam características prestacionais; e (3) como regra, não estão relacionados a aspectos orçamentários e financeiros.

De acordo com a Constituição da República, é correto afirmar, em relação às conclusões de Joana, que:

(A) todas estão certas;

(B) apenas a conclusão 1 está certa;

(C) apenas a conclusão 2 está certa;

(D) apenas as conclusões 1 e 3 estão certas;

(E) apenas as conclusões 2 e 3 estão certas.

10. FGV - 2023

Acerca dos direitos e deveres individuais e coletivos, previstos na Constituição Federal de 1988, assinale a afirmativa **correta**.

(A) A educação, a saúde e a alimentação são os únicos direitos sociais expressamente mencionados pela Constituição Federal de 1988.

(B) O direito a uma renda básica familiar, garantida em programa permanente de transferência de renda pelo poder público, está expresso no texto constitucional a todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social.

(C) O direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, embora seja uma demanda contemporânea crescente, não está mencionado expressamente no texto constitucional.

(D) As normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais não possuem aplicação imediata.

(E) Para os reconhecidamente pobres, o registro civil de nascimento é gratuito, na forma da lei, mas a expedição da certidão de óbito depende do pagamento dos emolumentos cartorários.

11. FGV - 2023

Ana, pessoa sem formação jurídica, realizou uma pesquisa com o objetivo de compreender a funcionalidade dos direitos sociais no âmbito do Estado Democrático de Direito, mais especificamente em relação ao papel assumido pelo Estado.

Ao final de suas reflexões, concluiu que a funcionalidade desses direitos é a de:

(A) assegurar a liberdade individual;

(B) como regra, assegurar a fruição de determinadas prestações estatais;

(C) restringir a esfera jurídica do indivíduo em prol dos interesses da sociedade;

(D) atender aos anseios da coletividade, já que um direito dessa natureza jamais é fruído individualmente;

(E) impedir que haja rupturas na democracia, de modo que a sociedade sempre possa deliberar sobre o seu futuro.

12. FGV - 2022

João, que tinha muitas obrigações e grandes limitações de renda, foi informado que, por imperativo constitucional, todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social faria jus a uma renda básica familiar, conforme os requisitos de acesso determinados em lei. Ao se inteirar das características dessa renda, João concluiu corretamente que ela

(A) está inserida em programa permanente de transferência de renda, não estando condicionada pela legislação fiscal e orçamentária, isto por ter estatura constitucional.

(B) está inserida em programa temporário de transferência de renda, não estando condicionada pela legislação fiscal e orçamentária, por ter estatura constitucional.

(C) embora possa ser instituída pela legislação infraconstitucional, não tem qualquer previsão na Constituição da República.

(D) está inserida em programa permanente de transferência de renda, devendo ser observada a legislação fiscal e orçamentária.

(E) está detalhada na Constituição da República, não carecendo da legislação infraconstitucional para a integração do seu conteúdo.

13. FGV - 2024

Pedro, servidor público ocupante de cargo em comissão no âmbito do Poder Executivo do Estado Alfa, foi questionado por Ana, sua colega de trabalho, recém-empossada em cargo de provimento efetivo, em relação à associação sindical dos dois.

Pedro respondeu corretamente, em relação à referida associação, que ela é:

(A) vedada para ambos;

(B) facultativa para ambos;

(C) obrigatória para ambos;

(D) obrigatória para Ana e facultativa para Pedro;

(E) obrigatória para Pedro e facultativa para Ana.

14. FGV - 2024

João, hábil artesão, recebeu comunicado de que sua filiação à Associação dos Artesãos do Município Alfa, fora realizada de modo tácito, considerando os benefícios obtidos pela associação para a generalidade dos artesãos do Município Alfa, entre os quais figurava João.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República, é **correto** afirmar que

- (A) apesar de ser possível a filiação, sem a aquiescência de João, ela deveria ter sido antecedida de prazo para que ele afirmasse se desejava, ou não, se filiar.
- (B) João não pode se beneficiar dos benefícios obtidos pela associação sem concorrer para o seu custeio, logo, sua filiação foi feita corretamente.
- (C) apesar de a filiação pressupor a manifestação de vontade, esta pode ser expressa ou tácita, logo, não há irregularidade no proceder da associação.
- (D) apesar de a filiação ter sido realizada de modo correto, João pode requerer a sua desfiliação ao juiz competente.
- (E) a filiação de João, sem sua manifestação de vontade, foi realizada de modo ilícito.

15. FGV - 2022

Maria, servidora pública municipal ocupante de cargo de provimento efetivo e com ampla atuação nas questões afetas à sua categoria, conclamou os seus colegas a criar um sindicato visando à defesa dos seus interesses.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Maria e seus colegas

- (A) não podem criar um sindicato, pois somente os servidores públicos federais possuem o direito de associação sindical.
- (B) não podem criar um sindicato, pois é vedado aos servidores públicos a associação sindical.
- (C) somente podem criar um sindicato a partir de autorização do regime jurídico da categoria.
- (D) podem criar um sindicato, pois é assegurado aos servidores o direito à associação sindical.
- (E) somente podem criar um sindicato a partir de autorização do seu superior hierárquico.

16. FGV - 2024

Maria nasceu no território brasileiro quando seus pais, Juan e Belarmina, aqui se encontravam a serviço da embaixada da Espanha, país do qual eram nacionais. Pouco menos de cinco anos depois, passou a residir na Argentina juntamente com sua família, onde permaneceu até atingir a maioridade, o que ocorreu no último ano, momento em que passou a residir no Brasil.

Maria é:

- (A) brasileira nata;
- (B) brasileira naturalizada;
- (C) estrangeira, mas pode optar pela nacionalidade brasileira a qualquer tempo;
- (D) estrangeira e irá adquirir a nacionalidade brasileira caso resida no Brasil por um ano ininterrupto, sem condenação penal, e requeira essa nacionalidade;
- (E) estrangeira, sendo considerada brasileira naturalizada caso resida no Brasil por mais de quinze anos ininterruptos, sem condenação penal, e requeira essa nacionalidade.

17. FGV - 2023

Joana, estudante de direito, questionou o seu professor a respeito da correlação, na perspectiva da ordem constitucional brasileira, entre os conceitos de cidadania, nacionalidade e direitos políticos.

O professor respondeu, **corretamente**, que:

- (A) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira é cidadão;
- (B) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira tem direitos políticos;
- (C) o cidadão pode adquirir os direitos políticos com o alistamento eleitoral;
- (D) todo aquele que tem a nacionalidade brasileira, quando nata, pode se tornar cidadão, o que é vedado ao naturalizado;
- (E) aquele que tem a nacionalidade brasileira pode se tornar cidadão, momento em que irá adquirir os direitos políticos.

18. FGV - 2023

Johan, holandês, se encontrava trabalhando na filial de uma empresa americana de cosméticos, quando iniciou um relacionamento com Maria, de nacionalidade espanhola, no território brasileiro. Desse relacionamento nasceu Lúria, que foi levada pelos pais, um ano após o nascimento no Brasil, para a Áustria, novo local de trabalho de seu pai. Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional, é correto afirmar que Lúria:

- (A) é brasileira nata;
- (B) é estrangeira, mas pode se naturalizar brasileira caso preencha os requisitos exigidos;
- (C) é brasileira naturalizada, caso ratifique a opção por essa nacionalidade nos doze meses subsequentes à obtenção da maioria civil;
- (D) pode optar pela nacionalidade brasileira ao completar 18 anos de idade, desde que venha a residir no território brasileiro;
- (E) é brasileira nata, desde que os seus pais tenham optado por lhe atribuir essa nacionalidade antes de Lúria completar 18 anos de idade.

19. FGV - 2022

John, de nacionalidade norte-americana, devidamente autorizado pela autoridade competente, reside há mais de vinte anos no território brasileiro.

Interessado em obter a nacionalidade brasileira, procurou um(a) advogado(a) e o(a) questionou sobre os requisitos estabelecidos pela ordem constitucional para que isto viesse a ocorrer.

O advogado respondeu, corretamente, que John

- (A) adquirirá tacitamente a nacionalidade brasileira pelo decurso do tempo.
- (B) ao completar vinte e cinco anos residindo no território brasileiro, terá reconhecida tacitamente a nacionalidade brasileira.
- (C) irá adquirir a nacionalidade brasileira quando preenchidos os demais requisitos objetivos previstos na Constituição Federal de 1988.
- (D) é brasileiro nato, desde que não tenha saído do território brasileiro nesse período e não tenha condenação penal.
- (E) pode requerer a nacionalidade brasileira, desde que não tenha condenação penal.

NOÇÕES DE DIREITO CIVIL

1. FGV - 2024

Maurício, adolescente de 15 anos de idade, sempre sonhou se dedicar ao futebol. Desde muito cedo, ele se dedicou ao esporte e logo começou a participar de competições, sendo eventualmente contratado por um clube para jogar nas categorias de base. Compreendendo que seu filho já dispunha de maturidade suficiente para tomar suas próprias decisões e que um pouco mais de autonomia facilitaria sua atividade profissional como jogador de futebol, os pais de Maurício decidiram emancipá-lo, logrando formalizar o ato de emancipação junto ao cartório competente do Registro Civil. Já no dia seguinte ao registro do ato de emancipação, Maurício firmou um contrato publicitário com uma fabricante de equipamentos esportivos, sem o conhecimento de seus pais.

De acordo com o Direito Civil Brasileiro, deve-se considerar que esse contrato é:

- (A) válido, pois Maurício deve ser considerado plenamente capaz, apesar de menor de idade;
- (B) anulável, mas pode ser confirmado pelos pais de Maurício, tornando-se válido;
- (C) inválido, pois a emancipação de Maurício é nula de pleno direito;
- (D) nulo, pois a emancipação de Maurício foi limitada aos atos diretamente relacionados com sua atividade profissional;
- (E) formalmente inválido, mas tem sua eficácia reconhecida por força do ato de emancipação.

2. FGV - 2023

No dia de seu aniversário de 16 anos, Aline conheceu seu namorado, Gustavo. Quatro meses depois, quando Gustavo completou a maioridade civil, decidiu pedi-la em casamento. Os dois se casaram já no mês seguinte, com o consentimento dos pais de Aline. O casal viveu em harmonia nos primeiros meses, mas Aline acabou se envolvendo em um relacionamento extraconjugal que culminou no divórcio com Gustavo, semanas depois de terem completado um ano de casados. Já tendo experimentado um casamento e um divórcio aos 17 anos de idade, Aline decidiu seguir devagar com seu novo relacionamento afetivo e priorizar o seu futuro profissional. Por isso, matriculou-se em um curso profissionalizante oferecido por uma conceituada instituição privada de ensino. Tendo saído da casa de seus pais há mais de um ano, Aline nada comunicou a eles acerca dessa decisão.

Considerando as circunstâncias pessoais de Aline, é correto afirmar que a contratação da instituição de ensino por Aline é:

- (A) plenamente válida, independentemente de posterior ratificação do ato pelos pais da jovem;
- (B) anulável, mas produz efeitos enquanto não for pedida sua anulação, por ser a jovem relativamente incapaz;
- (C) inválida, tendo em vista a revogação da emancipação voluntária que fora concedida à jovem por seus pais;

- (D) válida, mas permanece ineficaz enquanto a jovem não adquirir a capacidade civil plena;
- (E) anulável, tendo em vista a cessação da causa de emancipação legal da jovem.

3. FGV - 2022

Aos 15 anos de idade, Valentina é uma jovem de enorme sucesso na Internet. Suas redes sociais reúnem milhões de seguidores e têm garantido um faturamento mensal médio de R\$ 100.000,00, suficientes para garantir a ela e aos seus pais uma vida de luxo. Recentemente, Valentina foi procurada por um fabricante de cosméticos que pretendia contratá-la para uma campanha publicitária.

De acordo com o direito civil brasileiro, é correto afirmar que, para celebrar este contrato validamente, Valentina:

- (A) precisa ser representada por seus pais, porque é absolutamente incapaz;
- (B) não precisa da representação de seus pais, porque tem economia própria;
- (C) precisa da anuência de seus pais, porque está investida de poderes de representação;
- (D) não precisa ser representada por seus pais, porque é pessoa pródiga;
- (E) não precisa da assistência de seus pais, porque tem discernimento pleno.

4. FGV - 2022

Júlia é uma jovem de 16 anos que decidiu casar-se com seu primeiro namorado, Roberto, três anos mais velho que ela. Os pais de Júlia, que sempre aprovaram o relacionamento da filha, prontamente deram a autorização necessária para que ela se casasse. Dois meses após o matrimônio, Júlia decidiu procurar uma agência de viagem e contratar um pacote turístico para que ela e Roberto pudessem realizar a sua primeira viagem juntos.

Considerando que ela celebrou o contrato com a agência sem a participação de seu marido ou de seus pais, é correto afirmar que o contrato:

- (A) é plenamente válido, pois Júlia tem capacidade civil plena, embora não tenha atingido a maioridade;
- (B) não é válido, pois, sendo Júlia menor de 18 anos, não pode contratar sem a representação de seus pais;
- (C) é plenamente válido, pois, sendo Roberto maior de 18 anos, sua idade supre a incapacidade de Júlia;
- (D) não é válido, pois, até que Júlia complete 18 anos, precisa da assistência de Roberto para contratar;
- (E) é anulável, pois Júlia é incapaz, mas pode tornar-se válido se Roberto prestar sua anuência posteriormente.

5. FGV - 2021

Três irmãos pretendem comprar juntos um automóvel: Caio, 20 anos, pessoa com leve deficiência mental; Joana, 16 anos, graduada em Turismo; e Natália, 17 anos, casada civilmente com Jorge.

Para a celebração do negócio, deve-se levar em conta que Caio, Joana e Natália são, respectivamente:

- (A) absolutamente capaz, absolutamente capaz e absolutamente capaz;
- (B) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e absolutamente incapaz;
- (C) relativamente incapaz, relativamente incapaz e absolutamente incapaz;
- (D) absolutamente incapaz, absolutamente capaz e relativamente incapaz;
- (E) relativamente incapaz, absolutamente incapaz e absolutamente capaz.

6. FGV - 2021

De acordo com o Código Civil (Lei nº 10.406/02), analise as afirmativas a seguir.

I. Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil.

II. A personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

III. São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 18 (dezoito) anos.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e II, apenas.
- (D) II e III, apenas.
- (E) I, II e III.

7. FGV - 2020

Maria, grávida de 5 meses, preocupa-se com a proteção dos direitos do seu futuro bebê. O marido de Maria, pai da criança, está hospitalizado em quadro de saúde gravíssimo e a relação de Maria com a família do seu marido não é harmoniosa.

A afirmação que melhor reflete a situação do nascituro é:

- (A) nascituro goza de proteção jurídica;
- (B) nascituro tem personalidade civil plena;
- (C) nascituro não é titular de direitos subjetivos;
- (D) embrião e nascituro têm o mesmo tratamento legal;
- (E) material genético humano congelado é um nascituro.

8. FGV - 2022

O edifício Boa Alvorada era uma construção antiga e bastante degradada no centro histórico de uma pequena cidade brasileira. Após quase um século de existência e sem receber nenhuma manutenção, uma falha na rede elétrica do edifício acarretou um incêndio de grandes proporções, que destruiu a construção em poucos minutos. Embora os bombeiros tenham sido acionados rapidamente, nenhum morador do edifício foi resgatado com vida. Terminadas as buscas por vítimas nos escombros, apenas um morador não foi localizado: Adalberto, um senhor de 70 anos de idade que morava sozinho no apartamento da cobertura. O porteiro do edifício, único sobrevivente da tragédia, afirmou que

Adalberto quase nunca saía de casa e havia permanecido no seu apartamento no dia do incêndio. Desde aquela data, ninguém voltou a ter notícias de Adalberto.

Nessas circunstâncias, é **correto** afirmar que:

- (A) embora tudo indique que Adalberto foi vitimado pelo incêndio, ele não pode ser juridicamente presumido como morto sem que seu corpo tenha sido localizado;
- (B) Adalberto pode ser presumido como morto a pedido de seus familiares, mas apenas dois anos após a data em que terminaram as buscas por sobreviventes do incêndio;
- (C) embora a morte presumida de Adalberto possa ser declarada judicialmente, a abertura de sua sucessão provisória não ocorrerá sem que seu corpo tenha sido localizado;
- (D) Adalberto pode ser presumido como morto tão logo esgotadas as buscas por sobreviventes, não se exigindo a decretação judicial de sua ausência;
- (E) Adalberto deve ser declarado ausente a pedido de seus herdeiros presumidos ou de qualquer interessado, o que permitirá a imediata abertura de sua sucessão definitiva.

9. FGV - 2022

Viriato é membro da Associação Brasileira de Amantes da Literatura Atual, uma associação civil de fins educacionais e culturais. Certa vez, Viriato desentendeu-se com os gestores da associação, ocasionando uma acalorada discussão. A briga, felizmente, foi interrompida por outros associados antes que os envolvidos ingressassem em vias de fato. Dias depois, Viriato foi surpreendido com uma notificação formal, comunicando-lhe que, após deliberação do Conselho Administrativo, ele havia perdido a qualidade de associado da pessoa jurídica e não podia mais frequentar a sede desta ou participar de qualquer de suas atividades.

No que diz respeito à exclusão de Viriato da associação, tal como ocorreu neste caso, é correto afirmar que:

- (A) foi válida, bastando para tanto que a deliberação tenha seguido o procedimento previsto no estatuto da associação;
- (B) não é admissível juridicamente, porque o procedimento não assegurou a Viriato o contraditório e a ampla defesa;
- (C) foi válida, bastando para tanto que se tenha reconhecido, durante a deliberação, haver justa causa para a exclusão;
- (D) não é admissível juridicamente, porque Viriato não pode ser excluído da associação sem o requerer expressamente;
- (E) foi válida, bastando para tanto que a convivência entre Viriato e os demais associados tenha se provado impossível.

10. FGV - 2021

Renato, Luana, Celso e Bárbara se uniram para constituir uma pessoa jurídica de direito privado para o exercício de atividade com finalidade não econômica.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- (A) haverá, entre os quatro, direitos e obrigações recíprocos;
- (B) o estatuto poderá instituir categorias pelas quais alguns deles tenham vantagens especiais;
- (C) sua participação na pessoa jurídica será transmitida aos seus herdeiros, se o estatuto não dispuser o contrário;
- (D) competirá exclusivamente à assembleia geral alterar o estatuto;
- (E) sob pena de anulação, o estatuto deve conter, entre outros elementos, a denominação, os fins e a sede da pessoa jurídica.

11. FGV - 2024

Oswaldo fez seu testamento quando ainda era bem jovem, fazendo constar dele a determinação de que certos bens de sua propriedade deveriam ser destinados, após a sua morte, à criação de uma fundação voltada a apoiar a educação infantil na cidade onde ele morava. Tendo vivido por muitos anos, quando Oswaldo veio a falecer apurou-se que, embora todos os bens deixados por ele para a criação da fundação ainda pertencessem a ele no momento da morte, seu valor havia se depreciado drasticamente com o passar do tempo, de modo que se tornaram totalmente insuficientes para a constituição da pessoa jurídica.

Considerando que Oswaldo nada previu no testamento quanto ao risco de depreciação dos bens, determina o Código Civil brasileiro que a fundação:

- (A) não deve ser constituída, e os bens destinados a ela no testamento devem ser revertidos em favor dos herdeiros de Oswaldo;
- (B) pode ser constituída, mas deve necessariamente contar com prazo predeterminado para sua extinção, a ser fixado pelo Ministério Público;
- (C) deve ser constituída com os bens a ela destinados por Oswaldo, e o acréscimo de outros bens da herança que este tenha deixado, tantos quantos forem necessários;
- (D) pode ser constituída, mas deve necessariamente constar de seu estatuto a previsão de uma atividade que proporcione renda periódica para a pessoa jurídica;
- (E) não deve ser constituída, e os bens destinados a ela no testamento devem ser incorporados em outra fundação que se proponha a finalidade igual ou semelhante.

12. FGV - 2023

Carina é técnica judiciária e, em seu trabalho, se depara com uma demanda em que se questiona a existência e a validade da criação de determinada fundação.

Para certificar adequadamente quanto à regularidade do processo, Carina deverá observar que:

- (A) a fundação, por se tratar de mera dotação especial de bens livres, não tem personalidade jurídica própria;
- (B) o ato constitutivo da fundação pode ser testamento, escritura pública ou contrato particular, desde que escrito;
- (C) se seu objeto se tornar impossível durante o processo, ela deverá ser dissolvida e seu patrimônio revertido ao instituidor, se ainda vivo;
- (D) eventuais alterações no estatuto da fundação deverão ser propostas pelo Ministério Público e aprovadas pela maioria simples daqueles incumbidos de gerir e representá-la;
- (E) cumpre ao Ministério Público do Rio Grande do Norte velar pelas fundações situadas nesse Estado, inclusive elaborando o estatuto se a pessoa designada pelo instituidor não o fizer no prazo ou, não havendo prazo, em cento e oitenta dias.

13. FGV - 2022

Catarina, uma senhora viúva com patrimônio avaliado em muitos milhões de reais, determinou em seu testamento que alguns bens de sua propriedade deveriam ser destinados, após a sua morte, à criação de uma fundação protetora de animais abandonados na cidade em que ela residia. Com a morte de Catarina, porém, constatou-se que os bens por ela destinados à criação da fundação haviam se desvalorizado drasticamente com

o passar do tempo, de modo que o seu valor tornou-se absolutamente insuficiente para a criação da pessoa jurídica por ela concebida.

Considerando que o testamento de Catarina, plenamente válido e eficaz, não previa nenhuma solução específica para esse problema, é correto afirmar que:

- (A) outros bens da herança de Catarina deverão ser destinados à constituição da fundação, tantos quantos bastem para se atingir o valor necessário para essa finalidade;
- (B) caberá ao Ministério Público do Estado em que a fundação seria constituída promover a alienação dos bens que haviam sido destinados à constituição da fundação;
- (C) os bens originalmente destinados por Catarina à constituição da fundação deverão ser revertidos em favor dos seus herdeiros legítimos e testamentários;
- (D) os bens destinados por Catarina à criação da fundação deverão ser incorporados em outra fundação que se proponha a uma finalidade igual ou semelhante;
- (E) a fundação não será constituída e os bens originalmente destinados para essa finalidade devem ser arrecadados pelo poder público como herança vacante.

14. FGV - 2022

Adriana e Vitória são duas amigas que decidiram alugar um imóvel comercial para abrir uma loja de vestuário feminino. Para tanto, celebraram contrato de sociedade, visando a constituir uma pessoa jurídica. Os resultados da empresa já nos primeiros meses de atividade foram muito positivos. Diante disso, Adriana, sócia administradora da pessoa jurídica, começou a utilizar o caixa da loja para pagar as parcelas mensais referentes ao financiamento bancário de sua casa própria. Nos primeiros meses, dado o alto faturamento da loja, não houve prejuízo significativo à saúde financeira da pessoa jurídica. Contudo, certa vez, durante uma temporada de queda brusca nas vendas, após pagar a sexta parcela do seu financiamento imobiliário com os recursos da pessoa jurídica, Adriana constatou que não restaram recursos suficientes para pagar o aluguel da loja naquele mês.

Quando Adriana comunicou ao locador do imóvel que não conseguiria pagar o aluguel daquele mês, respondeu ele que tomaria as providências judiciais cabíveis. Nesse caso, o aluguel vencido e não quitado:

- (A) somente poderá ser pago quando a pessoa jurídica voltar a ter ativo patrimonial suficiente para tanto, por força do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica;
- (B) poderá vir a ser pago com recursos particulares de Adriana ou, subsidiariamente, de Vitória, tendo em vista a configuração de fraude contra credores;
- (C) poderá vir a ser pago com recursos particulares de Adriana, tendo em vista ter ocorrido confusão patrimonial na administração da pessoa jurídica;
- (D) deverá ser pago em proporções iguais com recursos particulares de Adriana e de Vitória, tendo em vista ter ocorrido desvio de finalidade da pessoa jurídica;
- (E) deverá ser pago mediante recursos obtidos da liquidação da pessoa jurídica, consequência direta do abuso de personalidade jurídica verificado em sua gestão.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. FGV - 2023

Mário, Carlos e Antônio, estudiosos de Direito, debatiam a respeito da aplicação das normas processuais.

Mário afirmou que o Código de Processo Civil adota a teoria do isolamento dos atos processuais, de sorte que a norma processual em geral tem aplicação imediata aos processos em curso. Carlos, por sua vez, indicou que o princípio da territorialidade é absoluto, de modo que tratados internacionais não podem excepcionar a aplicação das normas processuais no território nacional.

Antônio, por fim, sustentou que o Código de Processo Civil é aplicável de forma supletiva aos processos eleitorais e trabalhistas, porém, em relação aos processos administrativos, tal aplicação foi declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.

Tomando o debate acima como premissa, é possível afirmar que

- (A) os três estão totalmente corretos em suas afirmações.
- (B) os três estão totalmente errados em suas afirmações.
- (C) Mário está totalmente correto, ao passo que Carlos e Antônio estão totalmente errados em suas afirmações.
- (D) Mário e Carlos estão parcialmente corretos em suas colocações, enquanto Antônio está totalmente correto.
- (E) Mário está totalmente correto, Carlos está totalmente errado e Antônio está parcialmente correto em suas afirmações.

2. FGV - 2023

O Código de Processo Civil dedicou capítulo próprio para tratar das normas fundamentais do processo civil. Mais do que meras diretrizes interpretativas, as normas fundamentais possuem força cogente e repercutem na aplicação de diversos institutos processuais.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

(A) A boa-fé processual impõe às partes o dever de adotar comportamento ético e leal no curso do processo, tratando-se de irradiação do princípio da boa-fé objetiva, oriundo do Direito Privado.

(B) O dever de fundamentação das decisões judiciais impede o uso da fundamentação per relationem, a qual é refutada pelo Superior Tribunal de Justiça após o advento do CPC de 2015.

(C) Em razão da obrigatoriedade da observância da ordem cronológica de conclusão, juízes e tribunais, em nenhuma hipótese, poderão proferir decisões que não sigam tal ordem, sob pena de nulidade da decisão e responsabilização administrativa e civil do magistrado prolator.

(D) Conquanto se trate de direito fundamental, a duração razoável do processo não foi replicada expressamente como norma fundamental do processo civil, pelo que sua aplicação é restrita aos processos de natureza penal.

(E) Em nome do contraditório prévio, ressalvadas as matérias sobre as quais pode decidir de ofício, é vedado ao magistrado decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.

3. FGV - 2024

A vedação a que o juiz condene o réu a pagar ao autor quantia superior à pleiteada na petição inicial é um corolário lógico do princípio:

- (A) da primazia da solução do mérito;
- (B) da motivação das decisões judiciais;
- (C) da inafastabilidade do controle jurisdicional;
- (D) da inércia;
- (E) do juiz natural.

4. FGV - 2023

O atual Código de Processo Civil dedica alguns artigos ao que denominou Normas Fundamentais do Processo, demonstrando, inclusive, o fenômeno da constitucionalização do direito processual.

Nesse cenário, é **correto** afirmar que:

- (A) o processo civil rege-se pelo princípio dispositivo e o processo começa e se desenvolve apenas por iniciativa da parte;
- (B) sob pena de malferir o princípio da imparcialidade, o juiz não deve apontar às partes eventuais deficiências formais do processo para permitir as devidas correções;
- (C) embora as partes tenham o direito de obter em prazo razoável a solução integral do processo (CPC, Art. 4º), nosso direito processual civil não admite o contraditório diferido;
- (D) a proibição de decisão surpresa, conforme previsto no Art. 10 do Código de Processo Civil, não se aplica quando a matéria sobre a qual o juiz deva decidir seja de ordem pública ou possa ser conhecida de ofício;
- (E) ao alegar sua ilegitimidade, incumbe ao réu, em sintonia com os princípios da primazia da decisão de mérito, da cooperação e da boa-fé processual, indicar, sempre que tiver conhecimento, o sujeito passivo da relação jurídica discutida.

5. FGV - 2023

Sobre os princípios reguladores do processo civil, é **correto** afirmar que:

- (A) são mandados de otimização e normalmente devem ser ponderados com outros, não sendo previstos de forma expressa no Código de Processo Civil;
- (B) a ampla defesa é um princípio típico de direito material, já que garante ao acusado a chance de provar sua inocência, não apresentando muita relevância no âmbito do processo;

(C) a isonomia processual é um princípio com fonte constitucional que garante às partes paridade de tratamento no âmbito do processo;

(D) o princípio do devido processo legal não foi previsto expressamente no Código de Processo Civil vigente e por isso não é aplicado em processos que tramitam pelo procedimento comum;

(E) a duração razoável do processo garante uma solução em tempo adequado a todas as demandas, porém, não se aplica ao cumprimento de sentença.

6. FGV - 2023

O Código de Processo Civil dedicou capítulo próprio para tratar das normas fundamentais do processo civil. Mais do que meras diretrizes interpretativas, as normas fundamentais possuem força cogente e repercutem na aplicação de diversos institutos processuais.

A respeito do tema, é correto afirmar que

(A) a boa-fé processual impõe às partes o dever de adotar comportamento ético e leal no curso do processo, tratando-se de irradiação do princípio da boa-fé objetiva, oriundo do Direito privado.

(B) o dever de fundamentação das decisões judiciais impede o uso da fundamentação per relationem, a qual é refutada pelo Superior Tribunal de Justiça após o advento do CPC de 2015.

(C) em razão da obrigatoriedade da observância da ordem cronológica de conclusão, juízes e tribunais, em nenhuma hipótese poderão proferir decisões que não sigam tal ordem, sob pena de nulidade da decisão e responsabilização administrativa e civil do magistrado prolator.

(D) conquanto se trate de direito fundamental, a duração razoável do processo não foi reaplicada expressamente como norma fundamental do processo civil, pelo que sua aplicação é restrita aos processos de natureza penal.

(E) em nome do contraditório prévio, ressalvadas as matérias sobre as quais pode decidir de ofício, é vedado ao magistrado decidir com base em fundamento a respeito do qual não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar.

7. FGV - 2022

Em razão de indícios de irregularidades cometidas pelo gestor Caio, foi instaurado processo de fiscalização pela Controladoria-Geral da União.

Entendendo que o seu direito à ampla defesa não estava sendo observado, Caio intentou demanda para obter a invalidação judicial do processo administrativo, requerendo, a título de tutela provisória, a sua suspensão.

Tomando contato com a petição inicial, o juiz reputou presentes os requisitos legais para a concessão da liminar, determinando a suspensão do processo administrativo.

Vindo a tomar conhecimento do fato, Tício, outro gestor cuja atuação estava sendo fiscalizada pela Controladoria-Geral da União em processo administrativo distinto, entendendo que o seu direito à ampla defesa também havia sido violado, pleiteou o ingresso no polo ativo no feito em que Caio figurava como demandante, além da extensão, em seu favor, da tutela provisória originalmente concedida. Observando que o mesmo vício no processo administrativo respectivo parecia configurado, o juiz da

causa, após colher a manifestação de Caio a respeito do tema, admitiu o ingresso de Tício no feito, estendendo-lhe os efeitos da liminar e determinando a citação da parte ré.

Pode-se afirmar que essa decisão judicial está:

(A) incorreta, por ser incompatível com o princípio do juiz natural;

(B) incorreta, por ser incompatível com o princípio da publicidade dos atos processuais;

(C) correta, por ser compatível com o princípio da isonomia;

(D) correta, por ser compatível com o princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional;

(E) correta, por ser compatível com o princípio da primazia da solução do mérito.

8. FGV - 2022

Recebendo uma petição inicial, cujo objeto é uma questão exclusivamente de direito, no qual o tema já está pacificado nos tribunais superiores no sentido contrário ao pretendido pela parte autora, o juiz, não obstante ser seu juízo incompetente para a causa, julgou liminarmente improcedente o pedido.

Nesse cenário, o juiz agiu de forma:

(A) correta, em razão do princípio da celeridade processual;

(B) incorreta, uma vez que violou o princípio do juiz natural;

(C) correta, em respeito ao princípio do devido processo legal;

(D) incorreta, em violação ao princípio do contraditório;

(E) incorreta, em desrespeito ao princípio da ampla defesa.

9. FGV - 2022

No ano de 2021, conforme dados do “Relatório Justiça em Números”, do CNJ, o Poder Judiciário encerrou o ano com 77,3 milhões de processos em tramitação. Entre as soluções apontadas para redução desse estoque de litigiosidade inclui-se o uso de outros meios adequados de solução de controvérsias, tais como a conciliação, a mediação e a arbitragem.

A esse respeito, assinale a afirmativa correta.

(A) É dever do Estado promover a solução consensual dos conflitos, quer na posição de parte, quer na posição de Estado-administração. É o que ocorre, a título de exemplo, por meio da criação de centros judiciários de solução consensual de conflitos no âmbito dos tribunais.

(B) A conciliação e a mediação são mecanismos por meio dos quais se busca que as próprias partes em litígio cheguem a solução do conflito, diferenciando-se quanto ao papel que o conciliador e o mediador possuem, pois esse último pode arbitrar uma solução para o caso.

(C) O árbitro é juiz de fato e de direito, e a sentença que proferir não fica sujeita a recurso ou homologação pelo Poder Judiciário, podendo, porém, ser objeto de recurso extraordinário para controle de ofensa à Constituição.

(D) A conciliação, a mediação e a arbitragem são meios consensuais de solução de conflitos passíveis de utilização tão somente por pessoas físicas e jurídicas de direito privado, inexistindo autorização legal para que a Administração Direta, Autárquica e Fundacional possa deles se valer.

(E) A sentença arbitral detém eficácia de título executivo judicial, podendo ser objeto de cumprimento perante o juízo arbitral, que possui todos os poderes executivos de um magistrado do Judiciário.

10. FGV - 2019

Segundo o vigente Código de Processo Civil, o juiz proferirá as sentenças no prazo de 30 (trinta) dias, bem como poderá, nas causas que dispensem a fase instrutória, e independentemente de citação do réu, julgar liminarmente improcedente o pedido, se verificar, desde logo, a ocorrência de prescrição ou decadência.

Trata-se de regras processuais que encerram a aplicação do princípio constitucional do(a):

- (A) livre acesso à justiça;
- (B) juiz natural;
- (C) isonomia;
- (D) ampla defesa;
- (E) duração razoável do processo.

11. FGV - 2019

Constitui uma exceção à característica inerte da jurisdição:

- (A) ação possessória tendo por objeto bem público;
- (B) *habeas data*;
- (C) restauração de autos;
- (D) ação popular;
- (E) mandado de injunção.

12. FGV - 2024

A alternativa em que se enunciam, apenas, condições para o regular exercício do direito de ação é:

- (A) legitimidade ad causam e interesse de agir;
- (B) pedido e causa de pedir;
- (C) causa de pedir e legitimidade ad causam;
- (D) partes e interesse de agir;
- (E) partes e pedido.

13. FGV - 2024

Maria intentou ação de divórcio em face de seu marido Antonio, incapaz, sendo ele representado em juízo por José, seu genitor. Na peça exordial, a autora fundamentou sua pretensão no fato de que tinha sofrido violência doméstica por parte de Antonio e de que o marido ainda mantinha uma relação extraconjugal com outra pessoa, de forma estável e duradoura.

Nesse cenário, sobre os elementos identificadores da referida ação de divórcio, é correto afirmar que ela contém:

- (A) dois pedidos, um juízo competente e uma parte;
- (B) dois pedidos, uma causa de pedir e interesse de agir;
- (C) um pedido, um juízo competente e três partes;
- (D) um pedido, uma causa de pedir e duas partes;
- (E) um pedido, duas causas de pedir e duas partes.

14. FGV - 2023

Determinado contribuinte ingressou em juízo, mediante ação ordinária, em face do Estado de Minas Gerais, requerendo o reconhecimento do direito à compensação tributária sobre operações sujeitas a incidência de ICMS.

Acerca do caso acima narrado, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) A petição inicial deve ser indeferida, pois o processo civil brasileiro não admite a ação meramente declaratória; alternativamente, poderá o juiz determinar a emenda à inicial para que o contribuinte inclua pedido condenatório.
- (B) Diante da natureza meramente declaratória da ação proposta pelo contribuinte, o contraditório poderá ser dispensado, conforme previsão expressa do Código de Processo Civil, podendo o juiz, após o juízo de admissibilidade positivo da petição inicial, proferir sentença desde logo.

(C) Para postular em juízo é necessário ter interesse e legitimidade, sendo certo que o interesse processual pode se limitar à declaração da existência de uma relação jurídica.

(D) As ações declaratórias admitem substituição processual, hipótese em que o substituído poderá intervir no processo na qualidade de assistente simples.

(E) O reconhecimento do direito à compensação tributária possui natureza mandamental, à luz da classificação das espécies de ação.

15. FGV - 2023

Conceitualmente, a ação é o direito público, autônomo, subjetivo e abstrato à tutela jurisdicional. Outrossim, dado o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no Art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, nenhuma ameaça ou lesão a direito ficará imune à apreciação do Poder Judiciário.

Sobre o direito de ação, o acesso à justiça e os pressupostos processuais, assinale a afirmativa correta.

(A) Em razão de sua natureza absoluta, o exercício abusivo do direito de ação não autoriza a responsabilização do litigante que agir dolosa e abusivamente com vistas a prejudicar a parte adversa.

(B) Verificada a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, o juiz deverá extinguir o processo com resolução do mérito.

(C) A inafastabilidade de jurisdição impede a criação de óbices legais ou jurisprudenciais à submissão de determinada matéria ao Poder Judiciário em todo e qualquer caso, como é a hipótese das questões desportivas e das ações previdenciárias.

(D) Pela teoria da asserção, as condições da ação são examinadas a partir das afirmações feitas pelo autor em sua petição inicial.

(E) Pela teoria eclética da ação, defendida por Liebman, o direito de ação somente existe se o direito material defendido por meio do processo também existir; caso contrário, não haverá exercício do direito de ação, tampouco, processo instaurado de maneira válida perante o Poder Judiciário.

16. FGV - 2023

Conceitualmente, a ação é o direito público, autônomo, subjetivo e abstrato à tutela jurisdicional. Outrossim, dado o princípio da inafastabilidade da jurisdição, previsto no Art. 5º, XXXV, da Constituição Federal de 1988, nenhuma ameaça ou lesão a direito ficará imune à apreciação do Poder Judiciário.

Sobre o direito de ação, o acesso à justiça e os pressupostos processuais, é correto afirmar que

(A) em razão de sua natureza absoluta, o exercício abusivo do direito de ação não autoriza a responsabilização do litigante que agir dolosa e abusivamente com vistas a prejudicar a parte adversa.

(B) verificada a ausência de quaisquer pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, o juiz deverá extinguir o processo com resolução do mérito.

(C) a inafastabilidade de jurisdição impede a criação de óbices legais ou jurisprudenciais à submissão de determinada matéria ao Poder Judiciário em todo e qualquer caso, como é a hipótese dessas questões desportivas e das ações previdenciárias.

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

1. FGV - 2023

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em seu artigo 4º, diz que é dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

A referida prioridade compreende

- (A) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- (B) manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.
- (C) acesso à escola pública no mesmo estabelecimento que os irmãos que frequentem.
- (D) estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas restrições legais.
- (E) tramitação os processos de adoção em que o adotando for pessoa com deficiência.

2. FGV - 2022

Avalie se, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, as seguintes afirmativas estão corretas:

I. A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana.

II. As crianças e os adolescentes têm direitos garantidos, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem.

III. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) I e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II e III, apenas.

3. FGV - 2023

Crianças e adolescentes têm os mesmos direitos humanos gerais que os adultos e também direitos específicos que reconhecem suas necessidades especiais. As crianças e os adolescentes não são propriedade de seus pais nem são objetos indefesos de caridade. Eles são seres humanos e são sujeitos de seus próprios direitos.

Adaptado de UNICEF. Os direitos das crianças e dos adolescentes e por que eles são importantes. Site.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o direito específico à Liberdade compreende os seguintes aspectos, à exceção de um. Assinale-o.

- (A) opinião e expressão.
- (B) buscar refúgio, auxílio e orientação.
- (C) brincar, praticar esportes e divertir-se.
- (D) participar da vida política, na forma da lei.
- (E) optar por homeschooling ou escola pública.

4. FGV - 2022

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 15, a criança e o adolescente têm direito à _____ como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos na Constituição e nas leis.

A lacuna fica corretamente preenchida por

- (A) vigilância, ao desrespeito e à indignidade.
- (B) procriação, ao amadurecimento exclusivo e ao culto à personalidade.
- (C) liberdade, ao respeito e à dignidade.
- (D) submissão, à dependência e ao desrespeito.
- (E) subordinação, ao respeito e à autoridade.

5. FGV - 2023

De acordo com o artigo 56 do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90), em casos de maus-tratos envolvendo os alunos da escola; reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar, esgotados os recursos escolares; e elevados níveis de repetência, os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar:

- (A) à Delegacia distrital.
- (B) ao Conselho Tutelar.
- (C) ao Ministério Público.
- (D) aos Responsáveis Legais.
- (E) à Vara da Infância e Juventude.

6. FGV - 2023

Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/90, é correto afirmar que

- (A) um adolescente de 14 (quatorze) anos que pratica atos de fato contra alguém, conduta tipificada na Lei de Contravenções Penais, não comete ato infracional.
- (B) são penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei, salvo quando emancipados, a partir de dezesseis anos, passando a adquirir imputabilidade criminal.
- (C) é vedada a internação do adolescente antes do trânsito em julgado da sentença.
- (D) o adolescente civilmente identificado não será submetido à identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, salvo para efeito de confrontação, havendo dúvida fundada.

7. FGV - 2022

Norma penal em branco é aquela que contempla uma sanção, mas apresenta hipótese fática imprecisa ou incompleta. Para a devida aferição do preceito primário, requer o socorro de outra norma.

Sobre a norma penal em branco, é correto afirmar que:

- (A) a complementação pode ser geral, extensível ao todo do preceito primário;
- (B) a complementação pode ser geral, extensível ao todo do preceito secundário;
- (C) o objeto da complementação deve estar relacionado à atualização do núcleo verbal;
- (D) a definição do núcleo essencial do delito é tarefa que cabe apenas ao legislador;
- (E) o início da descrição da conduta proibida, como a previsão do núcleo típico, pode ser complementado.

8. FGV - 2022

A incompletude da ordem jurídica torna indispensável a aplicação analógica, pela qual o sistema jurídico estende toda sua força reguladora a situações não previstas, buscando uma solução que lhe seja imanente. Sobre o tema, é **correto** afirmar que:

- (A) normas penais não incriminadoras gerais podem ser alvo do emprego do argumento analógico
- (B) normas penais não incriminadoras podem ser interpretadas em prejuízo do réu;
- (C) normas penais que definem o injusto culpável são passíveis de aplicação analógica;
- (D) normas penais que estabelecem as consequências jurídicas do injusto culpável são passíveis de aplicação analógica;
- (E) normas penais não incriminadoras excepcionais podem ser alvo do emprego do argumento analógico.

9. FGV - 2022

Mônica foi condenada a 8 (oito) anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, tendo a sentença condenatória transitado em julgado em 2020, quando se iniciou o cumprimento da pena em estabelecimento prisional. Em 2022, a legislação penal sofreu modificação, reduzindo a pena máxima do delito cometido por Mônica para 5 (cinco) anos de reclusão.

Nesse caso, competirá ao Juiz da execução

- (A) cientificar o Ministério Público e a defesa da condenada acerca do advento da nova lei mais benéfica, a fim de que seja ajuizada ação de revisão criminal perante o juízo de origem.
- (B) informar ao juízo de origem sobre o advento da nova lei mais benéfica, a fim de que proceda à alteração da sentença.
- (C) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que ainda não tenha ocorrido o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (D) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada.
- (E) a aplicação de lei posterior que, de qualquer modo, favoreça a condenada, desde que o crime pelo qual foi condenada não seja hediondo com resultado morte, hipótese em que os autos devem ser remetidos ao juízo de origem.

10. FGV - 2023

1º cenário: em 01/04/2023, em razão de circunstâncias extraordinárias e de forma fundamentada, foi editada, pelo Congresso Nacional, uma lei penal excepcional. 2º cenário: em 01/04/2023, em razão de circunstâncias pontuais e de forma fundamentada, foi editada, pelo Congresso Nacional, uma lei penal temporária.

Nesses cenários, à luz das disposições do Código Penal, é **correto** afirmar que os fatos praticados durante a vigência da lei penal excepcional:

- (A) somente serão por ela regidos enquanto perdurarem as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária serão por ela regidos, mesmo após o transcurso do período de duração da legislação, salvo se a nova legislação for mais benéfica ao acusado;
- (B) serão por ela regidos, ainda que cessadas as circunstâncias que ensejaram a edição da norma, salvo se a nova legislação for mais benéfica ao acusado. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária somente serão por ela regidos no período de duração da legislação;
- (C) somente serão por ela regidos enquanto perdurarem as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária serão por ela regidos, mesmo após o transcurso do período de duração da legislação;
- (D) serão por ela regidos, ainda que cessadas as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. No mesmo sentido, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária serão por ela regidos, mesmo após o transcurso do período de duração da legislação;
- (E) serão por ela regidos, ainda que cessadas as circunstâncias que ensejaram a edição da norma. Por outro lado, os fatos praticados durante a vigência da lei penal temporária somente serão por ela regidos no período de duração da legislação.

11. FGV - 2022

Quanto à aplicação da lei penal no tempo, é **correto** afirmar que:

- (A) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional o regime específico da ultratividade gravosa;
- (B) a lei penal em branco tem em comum com a lei excepcional a impossibilidade de revogação por lei posterior;
- (C) quando o complemento da lei penal em branco não tem natureza penal, a norma não se submete às regras que disciplinam a sucessão de leis penais no tempo;
- (D) quando o complemento da lei penal em branco objetiva assegurar efeito regulador, a norma não se submete ao critério da ultratividade;
- (E) em relação à norma penal em branco, o “fator tempo” componente do tipo penal incriminador é tido como dispensável para garantir sua real eficácia.

12. FGV - 2023

A definição do local e do tempo do crime é de suma importância para determinar se havia ou não lei penal definindo a conduta como típica; o lugar em que a ação penal será processada e o acusado julgado; e qual a legislação aplicável no caso concreto.

Em relação à lei penal no tempo e no espaço, com base no Código Penal, marque a alternativa incorreta:

- (A) Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.
- (B) A lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência.
- (C) A lei posterior, que de qualquer modo favorecer o agente, aplica-se aos fatos anteriores, salvo se decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
- (D) Considera-se praticado o crime no momento da ação ou omissão, ainda que outro seja o momento do resultado.
- (E) Ninguém pode ser punido por fato que lei posterior deixa de considerar crime, cessando em virtude dela a execução e os efeitos penais da sentença condenatória.

13. FGV - 2022

Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Priapo de um curso preparatório, efetuando cinco disparos com revólver adquirido com aquela finalidade. Tendo alvejado seu alvo e sem munição extra, Ares deixa o local, tomando rumo ignorado. Priapo é socorrido por transeuntes e levado ao hospital, onde permanece internado por dois meses, quando, então, vem a óbito, em razão exclusiva dos ferimentos sofridos.

De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- (A) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- (B) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- (C) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- (D) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- (E) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

14. FGV - 2022

Insatisfeito com uma disputa acirrada num jogo de futebol, Ares, que contava com 17 anos e 11 meses de vida, aguarda a saída de Priapo de um curso preparatório, sequestrando seu desafeto, mantendo-o em cárcere privado por dois meses, quando o cativo é descoberto pela polícia e a vítima é resgatada.

De acordo com o Código Penal, Ares deverá:

- (A) responder pelo crime, em razão da teoria do resultado;
- (B) responder pelo crime, em razão da teoria mista;
- (C) responder pelo crime, em razão da teoria da ação;
- (D) não responder por crime, em razão da teoria da ubiquidade;
- (E) não responder por crime, em razão da teoria da atividade.

15. FGV - 2022

Nos crimes de ação múltipla ou conteúdo variado, a prática, pelo agente, de mais de um núcleo da mesma norma penal incriminadora no mesmo contexto fático implica crime único em razão do princípio da:

- (A) especialidade;
- (B) subsidiariedade;
- (C) consunção;
- (D) absorção;
- (E) alternatividade.

16. FGV - 2022

Dionísio, durante a realização do carnaval de rua no Rio de Janeiro, é flagrado subtraindo um aparelho celular de pessoa embriagada. Ao ser submetido à revista, são encontrados seis outros aparelhos de telefonia móvel. Conduzido à Delegacia de Polícia, se identifica como agente consular grego, informação que é verificada e confirmada.

Diante desse quadro, em termos de responsabilidade penal, Dionísio:

- (A) não responderá por crime, por ter imunidade diplomática;
- (B) responderá de acordo com a lei penal brasileira;
- (C) não responderá por crime, por ter imunidade total;
- (D) responderá de acordo com a lei penal grega;
- (E) não responderá por crime, por ter imunidade funcional.

17. FGV - 2024

Caio, Presidente da República Federativa do Brasil, enquanto cumpria agenda oficial em Nova York, nos Estados Unidos da América, é vítima de um crime contra a vida, perpetrado por Tício.

Considerando as disposições do Código Penal, é correto afirmar que o crime praticado por Tício, cometido no estrangeiro:

- (A) não está sujeito à lei brasileira, que só tem aplicabilidade às condutas perpetradas no estrangeiro que caracterizem crime contra a fé pública da União;
- (B) não está sujeito à lei brasileira, que só tem aplicabilidade às condutas perpetradas no território pátrio;
- (C) está sujeito à lei brasileira, sendo uma manifestação de extraterritorialidade incondicionada;
- (D) está sujeito à lei brasileira, desde que haja requisição do ministro da Justiça;
- (E) está sujeito à lei brasileira, desde que Tício entre no território nacional.

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. FGV - 2024

Após ser cientificado sobre a existência de uma investigação em curso em seu desfavor, Caio entrou em contato com João, amigo de longa data e advogado atuante na seara criminal, o qual lhe orientou tecnicamente, informando-o sobre os regramentos aplicáveis ao inquérito policial e os desdobramentos daí decorrentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) nos crimes em que não couber ação pública, os autos do inquérito serão remetidos ao Ministério Público, onde aguardarão a iniciativa do ofendido ou de seu representante legal, ou serão entregues ao requerente, se o pedir, mediante traslado.

(B) o Ministério Público não poderá requerer a devolução do inquérito à autoridade policial, senão para novas diligências, imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.

(C) a autoridade policial poderá mandar arquivar autos de inquérito, desde que não haja prova da materialidade delitiva e indícios suficientes de autoria.

(D) depois de arquivado o inquérito policial, por falta de base para a denúncia, a autoridade policial somente poderá desarquivá-lo se obtiver provas novas.

(E) a autoridade policial assegurará, no inquérito, a publicidade inerente aos atos públicos, salvo decisão judicial em sentido contrário.

2. FGV - 2024

Durante um encontro entre amigos de infância, todos formados em Direito, João, Delegado de Polícia, foi indagado sobre o dia-a-dia da atividade desempenhada. Desta forma, o agente público acabou por tecer comentários sobre a presidência do inquérito policial, atraindo a atenção de todos os presentes. Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que

(A) o inquérito deverá terminar no prazo de cinco dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente, contado o prazo, nesta hipótese, a partir do dia em que se executar a ordem de prisão, ou no prazo de quinze dias, quando estiver solto, mediante fiança ou sem ela.

(B) qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública ou privada, poderá, por escrito, comunicá-la à autoridade policial, a qual deverá instaurar inquérito policial para apurar os fatos.

(C) quando o fato for de difícil elucidação, a autoridade poderá requerer ao juiz a devolução dos autos, para ulteriores diligências, que serão realizadas no prazo máximo de cinco dias, se o indiciado estiver preso.

(D) a autoridade policial fará minucioso relatório do que tiver sido apurado, enviando cópia dos autos ao juiz competente, ao Ministério Público, à Defensoria Pública ou ao advogado constituído pelo indiciado.

(E) os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

3. FGV - 2022

De acordo com a alteração determinada pela Lei nº 13.964/2019, o indiciado poderá constituir defensor nos casos em que policiais figurarem como investigados em inquéritos policiais ou qualquer outra forma de investigação preliminar, cujo objeto seja fato relacionado ao uso da força letal:

(A) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada;

(B) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma consumada;

(C) desde que praticado no exercício profissional, de forma tentada;

(D) que envolva aspecto da atividade funcional policial, de forma tentada;

(E) desde que praticado no exercício profissional, de forma consumada ou tentada.

4. FGV - 2022

São critérios utilizados para distribuição de atribuições da polícia judiciária entre as diversas autoridades policiais:

(A) territorial e funcional;

(B) funcional e material;

(C) territorial e temporal;

(D) funcional e temporal;

(E) territorial e material.

5. FGV - 2022

João, indiciado em inquérito policial pela suposta prática de crimes de estelionato e falsidade ideológica, foi submetido a identificação criminal, embora civilmente identificado.

Nesse caso, é **correto** afirmar que

(A) o indiciado sempre poderá se recusar à identificação criminal.

(B) o indiciado somente poderá ser submetido a identificação civil.

(C) poderá o civilmente identificado ser submetido à identificação criminal, quando houver necessidade para a investigação ou dúvida quanto à identidade civil, nas hipóteses legalmente previstas.

(D) a CRFB/88 proíbe a identificação criminal.

(E) a lei não prevê hipótese excepcional de identificação criminal.

6. FGV - 2022

Durante o inquérito policial, Bernardo, advogado de Júlia, indiciada pela suposta prática do crime de roubo, foi impedido pelo delegado de polícia de ter acesso às provas já produzidas e documentadas nos autos do inquérito.

Nesse caso, é **correto** afirmar que

- (A) agiu bem o delegado, porque o inquérito é sigiloso.
- (B) agiu mal o delegado. De acordo com enunciado de súmula vinculante, o delegado de polícia é obrigado a permitir o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito ao advogado. Contudo, o delegado pode deixar de exibir diligência em curso ainda não documentada.
- (C) agiu bem o delegado, visto que somente Júlia poderia ter acesso aos autos do inquérito, inclusive aos elementos decorrentes de diligências em curso, ainda não documentadas.
- (D) cabe à autoridade policial decidir fundamentadamente se permitirá ao advogado o acesso a todos elementos já documentados nos autos do inquérito. Portanto, agiu bem o delegado de polícia.
- (E) agiu mal o delegado, visto que ao advogado é sempre permitido o acesso aos elementos já documentados nos autos do inquérito e a todos os elementos decorrentes de diligências em curso, ainda que não documentadas.

7. FGV - 2022

Após tomar conhecimento de denúncia anônima, João, delegado de polícia, instaurou inquérito para apurar a prática de crimes de estupro praticados em local de sua atribuição.

Sobre esse tema, é **correto** afirmar que

- (A) a denúncia anônima é uma espécie de notitia criminis mediata.
- (B) a denúncia anônima é uma espécie de delatio criminis, sendo suficiente para a instauração de inquérito policial, a depender da convicção do delegado de polícia.
- (C) a denúncia anônima é uma espécie de notitia criminis imediata.
- (D) a denúncia anônima não tem valor jurídico a embasar a instauração de inquérito policial.
- (E) embora não seja suficiente para instaurar a ação penal, a denúncia anônima tem eficácia jurídica para a instauração do inquérito policial.

8. FGV - 2022

Após receber informações sobre suposta prática de homicídio, a autoridade policial chegou no local para realizar diligências. Ocorre que, após a liberação dos peritos criminais, a autoridade policial esqueceu de apreender a arma de fogo deixada no local do crime.

Nesse aspecto, é **correto** afirmar que

- (A) as diligências no local foram corretamente realizadas pela autoridade policial.
- (B) agiu corretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo, era prescindível mandado judicial.
- (C) agiu incorretamente a autoridade policial, já que para apreender a arma de fogo dependeria de autorização judicial.

(D) caberia aos peritos criminais decidir sobre a apreensão da arma de fogo no local.

(E) caberia à autoridade policial apreender os objetos que tivessem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais, e colher provas que servissem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias, dentre outras diligências.

9. FGV - 2021

Pedro sofre escoriações no rosto após receber um soco de seu irmão João, durante uma discussão em um almoço familiar. Fica indeciso sobre comunicar o fato à polícia, e sua namorada, Mariana, inconformada, dirige-se à delegacia, onde faz notícia crime contra João.

A autoridade policial imediatamente instaura inquérito para apurar o delito de lesão corporal leve qualificada pela violência doméstica, nos termos do Art. 129, § 9º, do Código Penal. O crime em questão é punido com pena de detenção de três meses a três anos, sendo a ação penal pública condicionada à representação.

Com base nos dados fornecidos, assinale a afirmativa **correta**.

- (A) O delegado de polícia não pode instaurar inquérito, assim como o Ministério Público não pode oferecer denúncia sem a representação de Pedro.
- (B) Embora a autoridade policial possa instaurar inquérito, o Ministério Público não pode oferecer denúncia sem a representação de Pedro.
- (C) O inquérito pode ser instaurado pela autoridade policial e o Ministério Público pode oferecer denúncia, independentemente da manifestação de Pedro, pois trata-se de ação penal pública.
- (D) O delegado de polícia não pode instaurar inquérito sem a representação de Pedro, mas o Ministério Público pode oferecer denúncia, ainda que a vítima não tenha manifestado seu interesse em ver instaurada a persecução.
- (E) Ainda que a vítima seja homem, por se tratar de violência praticada contra irmão no âmbito doméstico, o delegado pode instaurar inquérito e o Ministério Público pode oferecer denúncia sem a manifestação da vítima.

10. FGV - 2019

Lauro figura como indiciado em inquérito policial em que se investiga a prática do crime de concussão. Intimado a comparecer na Delegacia para prestar declarações, fica preocupado com as medidas que poderiam ser determinadas pela autoridade policial, razão pela qual procura seu advogado.

Com base nas informações expostas, a defesa técnica de Lauro deverá esclarecer que:

- (A) a reprodução simulada dos fatos poderá ser determinada pela autoridade policial, não podendo, contudo, ser Lauro obrigado a participar contra sua vontade;
- (B) a defesa técnica do indiciado não poderá ter acesso às peças de informação constantes do inquérito, ainda que já documentadas, em razão do caráter sigiloso do procedimento;
- (C) o indiciado e o eventual ofendido, diante do caráter inquisitivo do inquérito policial, não poderão requerer a realização de diligências durante a fase de investigações;

- (D) o procedimento investigatório, caso venha a ser arquivado com base na falta de justa causa, não poderá vir a ser desarquivado, ainda que surjam novas provas;
- (E) a autoridade policial, em sendo de interesse das investigações, poderá determinar a incomunicabilidade do indiciado pelo prazo de 10 (dez) dias.

11. FGV - 2024

Thiago, delegado de polícia, tomou conhecimento de que, na circunscrição da sua unidade policial, houve o roubo de um caminhão da loja XYZ, com a subtração da integralidade da carga que estava em seu interior, o que gerou forte repercussão na imprensa local.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, a autoridade policial deflagrará um inquérito policial:

- (A) mediante requisição do Ministro da Justiça, pois o crime de roubo é perseguível mediante ação penal pública condicionada à representação;
- (B) mediante representação do ofendido, pois o crime de roubo é perseguível mediante ação penal pública condicionada à representação;
- (C) mediante requerimento do Ministério Público, que é o titular exclusivo da ação penal de iniciativa pública;
- (D) de ofício, pois o crime de roubo é perseguível mediante ação penal pública incondicionada;
- (E) de ofício, desde que comprove a forte repercussão dos fatos na imprensa local.

12. FGV - 2024

Caio e João, policiais militares, compareceram ao imóvel de Joana, que afirmou que teria sido injuriada por Tício, Mévio e Petrônio, seus vizinhos, que ofenderam a sua dignidade. Contudo, Joana afirmou que pretendia ingressar com uma queixa-crime apenas em face de Tício, pois teria um bom relacionamento com os demais vizinhos.

Considerando as disposições do Código de Processo Penal, a queixa contra qualquer dos autores do crime obrigará ao processo de todos em razão do princípio da:

- (A) intranscendência;
- (B) indisponibilidade;
- (C) obrigatoriedade;
- (D) indivisibilidade;
- (E) oficialidade.

13. FGV - 2024

Matheus, membro do Ministério Público do estado Alfa, foi convidado a palestrar em um evento de recepção aos novos estagiários da instituição, ocasião em que trouxe à baila temas afetos à ação penal.

Nesse cenário, considerando as disposições do Código de Processo Penal, é correto afirmar que:

- (A) no caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de representação passará aos parentes em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, englobando o cônjuge, os ascendentes, os descendentes, os irmãos, os tios e os primos;
- (B) nos crimes de ação pública, esta será promovida por queixa-crime do Ministério Público, mas dependerá, quando a lei o exigir, de requisição do Ministro da Justiça, ou de representação do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo;

- (C) qualquer pessoa do povo poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, nos casos em que caiba a ação pública, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e a autoria e indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção;

(D) seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, estado e município, a ação penal será pública condicionada à representação do ente federativo;

(E) a representação será irretroatável, depois de formalizada por escrito.

14. FGV - 2023

No mês de janeiro de 2023, Luísa sofreu graves ameaças a sua integridade física proferidas por Anísio. Luísa ficou bastante apavorada com as ameaças e relatou o fato a seu pai, Joaquim, à sua filha, Ana, então com 18 anos de idade, e à sua irmã, Jussara, de 25 anos de idade.

No mês seguinte, Anísio cumpriu a ameaça e assassinou Luísa.

Sobre o delito de ameaça, sujeito à representação, assinale a afirmativa correta.

- (A) O direito de representação é personalíssimo, extinguindo-se com o falecimento da ofendida.
- (B) O direito de representação poderá ser exercido por Joaquim, Ana ou Jussara, nesta ordem.
- (C) O direito de representação poderá ser exercido por Ana, Joaquim ou Jussara, nesta ordem.
- (D) O direito de representação poderá ser exercido por Ana, apenas.
- (E) O direito de representação poderá ser exercido por Joaquim, apenas.

15. FGV - 2023

Fábio percebeu, em sua vizinhança, estranha movimentação, desconfiando se tratar de um ponto de venda de drogas. Colheu as imagens das câmeras de segurança de sua residência, que mostram boa parte da extensão da rua, e percebeu que lá havia imagens nítidas de pessoas comercializando substância aparentemente entorpecente. Fábio decide, então, adotar alguma providência, considerando que o tráfico de drogas é crime de ação penal pública incondicionada.

Nesse caso, Fábio

- (A) não detém legitimidade para provocar a iniciativa do Ministério Público, que somente atua por provocação da autoridade policial.
- (B) apenas poderia provocar a iniciativa do Ministério Público se fosse vítima direta da atuação delituosa, o que não ocorreu no caso relatado.
- (C) poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, mas lhe é vedado fornecer as imagens, sem que tenham sido previamente confirmadas pela autoridade policial.
- (D) poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, fornecendo-lhe, por escrito, informações sobre o fato e autoria.
- (E) poderá provocar a iniciativa do Ministério Público, desde que lhe forneça documentos que corroborem as informações a serem prestadas.